CRÍTICA

ANO 1/ NUMERO 5 — 2 A 8 DE SETEMBRO DE 1974 — Cr$ 3,00

PÁGINA 10

A carne cara: quem quiser (ou puder) que pague

PÁGINA 9

CUIDE DA PELE: NÃO USE COSMÉTICO

PÁGINA 8

Desenvolver com um Parlamento fraco, ou sem ele

Abdias com Nyerere em Dar-el-Salan

Abdias do Nascimento

A REVOLUÇÃO CULTURAL DOS NEGROS

PAGINA 12

"SOU A POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO POLÍTICA"

A frase é do deputado Marcos Freire ao definir sua candidatura ao Senado por Pernambuco. Na entrevista concedida a CRÍTICA em Brasília ele explica: primeiro, por causa da idade – tem 43 anos e seu adversário (senador João Cleofas, da Arena), 76; segundo, e principalmente, pelo descompromisso com as oligarquias nordestinas ou esquemas econômicos. Marcos Freire ainda: "Luto por princípios e saibam que não temo os poderosos".

PÁGINA 12

Deputado Florim Coutinho:

"ANISTIA É TRADIÇÃO QUE VEM DE CAXIAS"

PÁGINA 3

Um Parlamento para a tecnocracia

CARTA ABERTA A CÂNDIDO MENDES

DE GERARDO DE MELLO MOURÃO

PÁGINA 4

Lisaneas Maciel:

CHAGAS É MAIS ARENA QUE MDB

PÁGINA 3

NEM ABERTA NEM FECHADA

Há um velho provérbio, segundo o qual a palavra pode ser de prata, mas o silêncio é sempre de ouro. É possível que esta pequena regra de filosofia barata seja válida para o comportamento dos que buscam tão somente o conforto pessoal, como se a vida fosse apenas um chá de amabilidades. Acontece, porém, que a vida pública exige deveres mais ásperos dos que a praticam, e que não têm o direito de transformá-la num clube de cautelosas amenidades. Dos homens públicos — e até por isso se chamam públicos ou, como se dizia antigamente, **repúblicos** — o que se espera sempre é uma palavra, ainda quando esta palavra não seja mais do que aquela voz do que clama no deserto.

No homem público, o silêncio não é de ouro, nem de prata, nem de nada. De ouro há de ser, isto sim, sua palavra. O silêncio nunca construiu nada, nunca trouxe qualquer contribuição à história, feita sempre com a palavra. E isto a tal ponto, que alguns dos momentos culminantes da vida dos povos se assinalaram por **gritos,** do Grito de Dolores, que féz a independência do México, ao Grito do Ipiranga, que fez a do Brasil, ou, para não ir mais longe ao famoso Grito do sr. José Américo, que derrubou o Estado Novo.

É claro que nem sempre é hora de dar um grito. Mas sempre é hora para uma palavra lúcida e corajosa, como acaba de fazer o Presidente da Câmara dos Deputados, ao se pronunciar pela restauração da normalidade democrática.

Na verdade, não acreditamos na tese provocante dos que pretendem que o país precisa de um grito neste momento. Até porque seria muito duvidosa a eficácia de um grito, nestas circunstâncias. O Sr. Flávio Marcílio não deu um grito. Disse uma palavra oportuna, atento, inclusive, à recomendação de 19 de março do Presidente Ernesto Geisel, ainda agora reiterada pelo Chefe do Governo, ao sugerir que o caráter excepcional dos instrumentos de segurança seja superado pela imaginação criadora, "capaz de instruir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional."

O momento talvez seja de extrema sutileza, como na comédia de Musset, onde há um personagem para o qual uma porta não há de estar necessariamente aberta ou fechada. O que acaba de fazer o Presidente da República em seu último pronunciamento é repelir a veleidade dos gritos de pressão, mas não a contribuição democrática e válida das palavras de nossa imaginação criadora. A porta da normalidade democrática não está aberta. Longe disso. Mas também não está fechada.

Como Chefe de Governo e como Chefe de Partido, o General Geisel consagrou mesmo a legitimidade das disputas, até no seio de sua própria agremiação e, assim, com mais razão, entre os partidos contendores, porque essas disputas, segundo sua própria expressão, "oxigenam a vida partidária". E foi mais longe o Presidente, ao declarar que "o Governo acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre problemática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substâncias à tarefa renovadora que se deve realizar".

Sob a garantia da palavra presidencial, a oposição está, assim, convidada, como o partido oficial, a levar ao povo a mensagem de suas idéias.

G.M.M

ASSINATURA

Para receber CRÍTICA em sua casa basta preencher o cupom abaixo, juntando, através de cheque ou vale postal, Cr$ 145,00 para assinatura anual, ou Cr$ 80,00, para a semestral. O leitor do exterior deverá enviar US$ 25, se desejar uma assinatura anual, ou US$ 15, se a assinatura for semestral.

Envie seu pedido para EDITORA CRÍTICA LTDA., à Av. Rio Branco, 156, s/[illegible] Rio de Janeiro, Brasil.

Nome _____

Rua: _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____

"ANISTIA, TRADIÇÃO QUE VEM DE CAXIAS"

"A anistia se impõe", declarou, em discurso na Câmara dos Deputados, o general Florim Coutinho, representante do MDB da Guanabara. Pregando a necessidade da medida conciliadora, quando as próprias aplicações punitivas de 1964 já estão com seus prazos vencidos, disse o deputado Florim Coutinho que à anistia "se impõe como tradição da história política nacional e apaziguamento da família brasileira". E acrescenta: "Era esse o espírito que moldava o caráter de Caxias, o Pacificador".

Para o sr. Florim Coutinho, os interesses de segurança do regime nada têm a temer de uma anistia geral, que consolidaria a própria Revolução, atendendo ao desejo nacional de distenção.

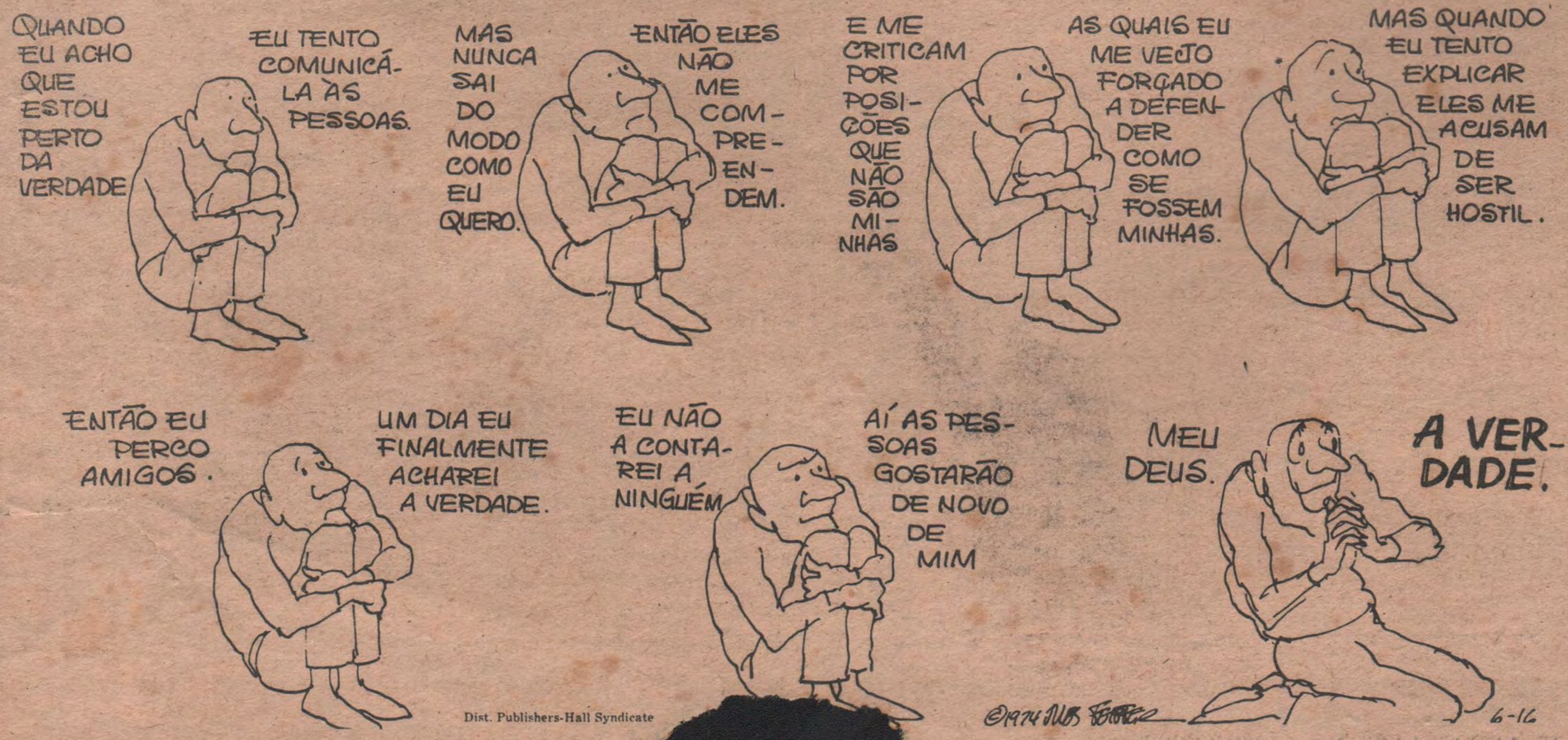
"Que temer?" pergunta o deputado. E explica: "Não bastassem as disposições transitórias inclusas à Constituição, os 10 anos de consolidação do regime foram suficientes para excluir-lhe o caráter de transitoriedade. A anistia não será uma bandeira de luta; é uma bandeira de paz. Não terá minorias a defende-la e sim o povo brasileiro a reivindicá-la".

Oposição e Revolução

O deputado Florim Coutinho, que é também general do Exército, tem-se distinguido na Câmara pela veemente campanha moralizadora que empreende contra o governo do sr. Chagas Freitas na Guanabara. Neste sentido, tem sido, ao lado de Lysâneas Maciel e J.G. de Araujo Jorge, um dos mais vigilantes parlamentares da representação carioca. Entende ele que o governo federal não só precisa da oposição, como até mesmo começa, com o presidente Ernesto Geisel, a perfilhar teses do MDB.

A oposição, por seu lado, não se recusa a gestos de apoio a atos do governo federal, desde que não se choquem com os postulados democráticos defendidos pelo MDB. Ainda agora, o deputado Florim Coutinho encarece a necessidade do irrestrito apoio do MDB à posição de defesa do governo com relação ao petróleo nacional – posição que foi inequivocamente assumida pelo ministro Ueki, ao repetir, literalmente, a velha consigna cunhada pelo marechal Henrique Lott, quando se desencadearam as pressões que hoje se repetem contra o monopólio estatal: "o petróleo é nosso"

FEIFFER



CRÍTICA

Propriedade da Editora Crítica Ltda.

Av. Rio Branco, 156 – 12º – a/1.222 – Tel. 242-7395

Diretor – GERARDO MELLO MOURÃO

Chefe de redação: Inácio de Alencar

Colaboradores – Antônio Carlos Vilaça – Efraim Tomás Bó – Hélio Pellegrino – Ismael Cardim – Jesus Soares Pereira – Joel Silveira – Maria Luisa Pena – Marcondes Sampaio – Medeiros Lima – Newton Carlos – Sebastião Nery – Washington Novais – Jaguar – Redi – Juarez Barroso

Administração: Gerente Adm. T. C. Santos

Composto e impresso na Arca Editora e Gráfica S.A. Rua Equador, 702 – Rio-GB Tel.: 223-1715 (PABX)

Distribuição – Abril S.A. Cultural e Industrial Rua Emílio Goeldi, 575 – Lapa – São Paulo

CRÍTICA EM BRASÍLIA

MARCOS É A RENOVAÇÃO NO NORDESTE

BRASÍLIA – "Por mais paradoxal que pareça, sou a possibilidade de renovação política desejada e proclamada pelo movimento de 64." A afirmação é do deputado federal Marcos Freire, ao definir sua candidatura ao Senado, pelo MDB de Pernambuco, considerada pelos seus companheiros de partido – e até mesmo por deputados da Arena – como forte ameaça às pretensões do atual Senador João Cleofas, que postula a reeleição, sob a legenda majoritária.

O paradoxo referido por Marcos Freire está na sua condição de um dos mais contundentes críticos do quadro político, econômico e social do país, enquanto a renovação se traduz não apenas pelo fator etário – ele tem 43 anos, e seu concorrente, Cleofas, 76 – mas também pelo comportamento descompromissado de oligarquias ou esquemas econômicos.

LUTA POR PRINCÍPIOS

No discurso que pronunciou na convenção partidária que homologou sua candidatura, Freire respondeu, indiretamente, aos que o acusam de radical, dizendo, entre outras coisas, reconhecer que a revolução é fato histórico consumado e que, como tal, não permite contestação. Mostrou-se, porém, coerente à sua linha afirmativa de atuação, ao advertir que, para se preencher o vazio criado pela "falência de certas lideranças políticas e econômicas (do Nordeste), não se pode falar manso, não se pode falar dependente."

Aos que, mesmo no MDB, viram na sua candidatura um gesto inconseqüente – uma troca de uma eleição certa para Câmara por uma aventura ao Senado – o deputado pernambucano diz ser preciso entender que "política não é um meio de vida, nem muito menos função vitalícia que eternize um homem só num mesmo lugar".

– Todos sabem que não me acobertam poder político ou poder econômico. Alguns ameaçam esmagar minha candidatura com as pressões políticas e a força do dinheiro. Dizem que bilhões vão ser gastos contra mim. Saibam que não temo os poderosos. Confio no poder do povo. Não aceitaria, mesmo, vencer com voto comprado.

Ainda na sua autodefinição, Marcos Freire enfatiza: "Não sou contra ninguém. Defendo causas. Luto por princípios. Bato-me por idéias. Pela democracia. Pelo autêntico desenvolvimento. Pelo alevantamento de Pernambuco e do Nordeste inteiro".

NORMALIZAÇÃO

O candidato oposicionista reclama a normalização constitucional e a revisão da ideologia desenvolvimentista da revolução, de modo a assegurar maior participação do povo no processo político e econômico: "Não pretendo discutir a natureza ou as origens do movimento militar de 64. Ele existiu e é fato histórico consumado que, como tal, não permite contestação. Reclamo, sim, que ele que tanto poder detém em suas mãos, efetive, entre outros, os ideais democráticos da revolução brasileira, cujas raízes se assentam na luta dos nossos antepassados".

– Que se parta, pois, o quanto antes, para a normalização constitucional do país, dentro dos parâmetros de uma democracia autêntica e com o mais rigoroso respeito aos direitos da pessoa humana. Pressuposto disso é a integração no processo político de todas as forças vivas da nação, inclusive das ora injustamente marginalizadas, visando à livre e efetiva participação de todo o povo na escolha direta dos seus governantes e na própria conquista de suas reivindicações sociais".

– De nada adiantará à pátria a miragem ilusória da prosperidade de uma economia se os seus resultados beneficiam apenas uma minoria privilegiada, sem permitir ao povo ser o grande beneficiário de um progresso cujo alarde até parece escárnio aos que continuam padecendo todos os males do subdesenvolvimento".

Para Marcos Freire, "o custo social de nosso progresso está sendo tão grande que o desfigura até mesmo como desenvolvimento em seu sentido integral, para caracterizá-lo, tão somente, como mero crescimento econômico", isto porque nossa estrutura de produção "está voltada, sobretudo, para uma estrutura de mercado de consumo restrito, representado pelos que têm poder de compra efetiva".

– Com o que não podemos nos conformar – nem conseqüentemente calar – é assistir o sacrifício do povo, cada vez mais marginalizado dos frutos do crescimento econômico. As próprias estatísticas oficiais aí estão para comprovar o empobrecimento de nossa gente. O último censo mostra que os 10% mais ricos da população brasileira aumentaram sua participação percentual na renda de 38,87%, em 1960, para 48,35% em 1970. Enquanto isso, os 80% mais pobres, que participavam com 45,52% em 1960 cairam para 36,82%.

PAPEL DO MDB

Ao indicar o papel a ser exercido pelo MDB, nesta conjuntura, Marcos Freire assinala: "O atual governo estará sentindo nos próprios ombros o peso de uma carga por demais avantajada que lhe ficou de herança da administração passada. Terá, sem dúvida, as suas próprias idéias e o seu estratagema de ação para sair das dificuldades em que nos encontramos. Nem por isso o MDB se dispensa do dever de lhe externar opiniões e até mesmo lhe oferecer sugestões".

– A oposição tem o importante papel de não se omitir. De estar presente. De falar. De criticar. De discordar. Tudo isso com desassombro e altanaria. Se assim o fizer estará mais qualificada ainda para, sem suspeições de adesismo, concordar e até aplaudir os atos governamentais que lhe pareçam mais válidos para a nação brasileira.

Dentro desse espírito, Marcos Freire promete desenvolver sua campanha em Pernambuco, acreditando sensibilizar não apenas o grande Recife (45% do eleitorado do Estado), mas também as populações interioranas, cujas crescentes dificuldades as tornam, a seu ver, mais receptivas à mensagem oposicionista que no pleito de 1970.

Lysaneas sobre Chagas: "É mais Arena que MDB"

Entrevista concedida a MARCILIO FREIRE

Todos os deputados estaduais e federais cariocas do MDB tiveram direito a indicar, além de si próprio, dois candidatos a deputado na Guanabara. Foi um acordo de cavalheiros mantido entre a bancada e o governador Chagas Freiras, mas este não respeitou o compromisso em relação aos deputados Lysâneas Maciel e J. G. de Araújo Jorge, parlamentares do grupo autêntico.

Em entrevista a **Crítica**, o deputado Lysâneas Maciel desvenda esse e outros mistérios do comportamento político e partidário do governador carioca, bem como alguns aspectos do panorama político nacional.

LISÂNEAS MACIEL – Realmente, aos deputados federais foi assegurado o direito à indicação de deputados estaduais. O acordo existiu entre o presidente nacional do MDB e o MDB da Guanabara.

O governador da GB determinou ao Diretório Regional seu descumprimento em relação a mim e ao deputado J. G. de Araújo Jorge, não por divergências pessoais, mas face ao nosso posicionamento no que concerne aos graves problemas nacionais. Não respeitou o acordo e praxe antiga porque nossa independência, em relação ao feudo que estabeleceu na Guanabara, contraria sua ilegítimas aspirações de continuar dominando o (novo) Estado politicamente mais importante da federação.

ADESISMO

MF – O governo Chagas tem características emedebistas ou realiza tentativas de aproximação da área federal? Isto é, trata-se de um oposicionista que poderia ser claramente arenista?

LM – O fato de o Sr. Chagas constituir-se em homem permanentemente achegado ao governo (ele não é emedebista ou arenista) não seria tão grave. O adesismo é um fenômeno irreversível na vida desse homem. Incensador permanente, fez nascer neste Estado a fauna dos sicofantas e, o que é mais grave, está levando à descrença e ao desespero milhares de jovens que ainda poderiam acreditar no exercício da oposição, mesmo dentro de um regime de força.

Estamos enfrentando na Guanabara uma tarefa política das mais relevantes. Aos parlamentares a serem eleitos a 15 de novembro reserva-se uma incumbência constituinte. Por que não discutir os critérios e as diretrizes na escolha desses homens? Por que fazê-lo apenas nos porões do Palácio Guanabara, adotando-se como única norma o incondicionalismo ao governador?

MF – Chagas teve participação direta naquele episódio em que o diretório carioca do MDB negou sede para o candidato simbólico Ulisses Guimarães encerrar sua campanha à Presidência da República?

LM – O sr. Chagas Freitas tem se autoproclamado revolucionário. Reiteradas vezes essa fidelidade, recebida até com constrangimento em certos círculos do governo federal, é oferecida ostensiva ou veladamente, transformando o MDB carioca em cômodo de serventia eventual do sistema.

É evidente que um governador, mesmo não adesista, tem de manter um relacionamento administrativo com o governo federal. Isso não o obrigaria, contudo, a determinar o fechamento do MDB carioca a homens do calibre e da respeitabilidade de um Barbosa Lima Sobrinho, cujo ingresso no partido foi também cercado de hostilidades e descortesias.

A palavra e atuação de Barbosa Lima se constituiriam em embaraço ao alinhamento de Chagas ao sistema. É realmente incômodo atritar-se com as terríveis realidades que o povo carioca e brasileiro enfrentam.

NEGRÃO

MF – E quanto a Negrão de Lima? Foi Chagas que o vetou para o Senado, obrigando-o a optar pela Arena? Considerando-se, por outro lado, que a Arena, durante o governo Negrão, tentou "impeachá-lo", ele não fica mal perante o eleitorado passando para a situação?

LM – Realmente Chagas vetou Negrão não porque duvidasse de sua inegável penetração popular, mas simplesmente para não dividir o absoluto domínio que mantém sobre a cúpula do MDB carioca.

Quanto à transferência do sr. Negrão de Lima para a Arena, reconhece-se ser difícil pertencer à oposição em regime de força, e parece que o ex-governador adotou, inconscientemente, o conceito marxista-leninista de que a liberdade se exaure na adesão a um poder ilimitado e sem barreiras.

Como continuam inexistentes no país os instrumentos que garantam o exercício dos direitos individuais, talvez o embaixador tenha feito uma opção de influência, esquecendo-se, todavia, que os regimes de força se fortalecem exatamente com o recuo dos democratas.

FUSÃO

MF – No novo Estado do Rio de Janeiro, surgido da fusão, o MDB espera ter maioria na Assembléia Legislativa? A fusão não foi um golpe branco exatamente para tirar ao partido oposicionista seu único reduto governamental?

LM – Se o MDB carioca e fluminense absorver o verdadeiro sentimento oposicionista do povo do Estado do Rio e Guanabara, ora fundidos, não tenho a menor dúvida de uma expressiva maioria. Não creio que a fusão tenha sido, primordialmente, para tirar do MDB um governo de oposição. Chagas Freitas e seus **soi disant** sucessores dão ao sistema mais tranqüilidade que a maioria dos governadores da Arena.

E é aqui na Guanabara que a parceria do MDB, como órgão de coonestação do sistema, é mais requisitada para criar certo tipo de imagem democrática, notadamente para uso externo.

Na realidade a fusão, que tem até aspectos positivos, visa mais a distrair a atenção do povo brasileiro para os graves problemas que o atingem e que nem mesmo uma propaganda oficial massificada pode encobrir: custo de vida, inflação acima dos índices de impostura até então proclamados pelo Sr. Delfim Neto, a verdadeira natureza do endividamento externo, a impossibilidade do governo de controlar a teratologia do órgãos de repressão, violação permanente dos direitos humanos, desigual distribuição de renda, etc.

OPOSIÇÃO

MF – Nas próximas eleições, é possível que o MDB venha a fazer um terço da Câmara dos Deputados para ter direito a convocar à plenário ministros de Estado e para conseguir a formação de inquéritos, inclusive sobre atentados aos direitos da pessoa humana?

LM – O MDB tem tendência a não enfrentar, agora, problemas fundamentais para o país e para o povo, a fim de assegurar o duvidoso direito de discutir mais tarde problemas supérfluos.

Mas é possível fazer mais de um terço da Câmara, desde que o partido absorva o verdadeiro sentimento oposicionista e de inconformidade do povo. Que lute o MDB pela justiça na distribuição de renda (1% da população participa da renda nacional na mesma proporção de 80%); que lute pela devolução ao trabalhador (pelo menos) do poder de discutir o que o prejudique; que se devolva ao professor, ao economista e ao sociólogo a liberdade de crítica e de cátedra; que analise se a eficiência técnica e funcional requereu e criou no país um sistema adequado de liberdade, responsabilidade e igualdade de oportunidades; que indague se os profetas da tecnologia foram capazes de solucionar as contradições da sociedade brasileira, ou a acentuaram; que questione o crescimento econômico setorial e qual a extensão do comprometimento das finanças nacionais no exterior; que que interrogue por que após dez anos de utilização de instrumentos de exceção e brutal repressão o sistema ainda considera necessário mantê-los.

MF – Após seu governo, Chagas levará quatro anos sem cargo eletivo ou executivo. Será que ele volta a ser alguma coisa no novo Estado do Rio de Janeiro?

LM – O sr. Chagas Freitas tem de ser um homem intranqüilo consigo mesmo. Beneficia-se, há longos anos, da venda do crime, do sangue e do sexo, trazendo para os lares mais humildes toda a tragédia das anomalias do Grande Rio. Este Estado tem sido muito prejudicado pela imprensa escandalosa responsável até pela elevação do índice de criminalidade na área do Grande Rio. Agora, essa mesma imprensa deformante tenta influir na política com idêntico nível de mediocridade. Não posso prever, contudo, o destino de Chagas, mas o dia do acerto de contas chega tanto para os indivíduos como para os governantes.

Carta aberta a Cândido Mendes

Meu caro Cândido Mendes de Almeida:

O respeito que me merecem as categorias de pensamento em que você se situa; sua permanente honradez cultural; seus serviços à inteligência deste país; sua responsabilidade como criador de um centro privado de ensino superior realmente digno deste nome, e que se distingue, quando mais não seja, por um esforço competente e constante, no indigente panorama universitário que nos aflige – tudo isto e ainda o dever da amizade, me leva a escrever-lhe esta carta. Nem sei, de resto, se é uma carta ou um protesto. Não há dúvida de que é um testemunho de decepção. A amarga decepção de ver uma das mais lúcidas consciências de cristão e democrata deste país vir a público para propor a institucionalização de um poder tecnocrático, isto é, de um poder antidemocrático e anticristão – em substituição ao poder político. Pois não é outra coisa o que se encerra em sua infeliz sugestão de se transformar o Congresso Nacional num parlamento para a tecnocracia, num sinédrio da raça abominável dos tecnocratas.

O tecnocrata é o bastardo do técnico. A tecnocracia é a descendência teratológica da técnica. E não estou fazendo frases. A função do técnico, como Você não ignora, é dar assistência aos processos de execução em geral. Uma função ancilar, em que o técnico se limita ao campo de sua especialização, sem veleidades de interferir em outras áreas. Até porque, como lembrava Ortega y Gasset, o técnico, o especialista, é o sujeito que sabe cada vez mais sobre cada vez menos. Quando a perversão do processo eleva o técnico ao poder, dando-lhe autoridade para o mando e o desmando, surge o tecnocrata. E com o tecnocrata, a veleidade de planificar a vida humana, de submeter a sociedade, como um todo, a um planejamento global. A vida humana, meu caro amigo, tanto no nível social como no nível pessoal, é sobretudo um **projeto,** uma criação permanente das próprias possibilidades. O plano e o planejamento só podem ter vigência quando derivados do projeto em que consiste a vida humana.

A vida humana e, pois, a vida social e histórica, em si mesma, não pode ser planejada, como se planeja a construção da ponte Rio–Niterói ou o programa de vendas de minério. Do contrário, a vida perderia seu sentido permanente de projeto, isto é, de mobilização para o futuro. Essa mobilização é irredutível a qualquer planificação. A vida do ser humano só é autêntica na medida em que a vocação pessoal inspira as opções e as gestões para sua concretização. O mesmo há de ocorrer na vida social, que só é criadora na medida em que seus fins supremos e a ordem para alcançá-los são inspirados pelo projeto abrangente que informa o processo da vida coletiva. Esse projeto encerra a vida e a cultura inteiras da nação, e não pode ser regido pelo pragmatismo oportunista das planificações tecnocráticas.

Os tecnocratas são impotentes para a história. Não a construiram ontem, não conseguirão escrevê-la amanhã. Se os tecnocratas tivessem governado o mundo, aqueles valores que são hoje o fundamento da história, simplesmente não existiriam. Não existiriam os momentos mais altos e mais decisivos do espírito humano. A tragédia grega, a filosofia perene, a metafísica helênica ou cristã, nada disso teria existido ou durado num mundo submetido à limitada visão dos tecnocratas. O Direito Romano não existiria. As catedrais da Idade Média nunca teriam sido levantadas. Homero, o Dante, Platão, Shakespeare, Goethe, Michelangelo, Cervantes, Goya, Bach, Nietzsche, Hegel e Marx – os homens que afirmaram a mais alta qualidade da espécie e abriram as picadas da história, jamais teriam nascido. Não haveria religiões, o Cristo teria sido internado como louco e para o hospício iríamos hoje todos os seus filhos. A própria descoberta da América, as viagens de Colombo, a realidade territorial do Brasil, as Cruzadas, as Navegações, as Bandeiras, as cidades plantadas no sertão longinquo, o Sacro Império, a Revolução Francesa, a Revolução russa, a Revolução chinesa – tudo seria uma pesadelo e uma demência para o cérebro escasso dos tecnocratas. Sua própria Universidade, meu caro Cândido Mendes, sua vocação humanística e seu fervoroso apostolado cultural não teriam existência e seu belo casarão da Praça XV, se tivesse algum dia sido erguido por um insensato, estaria hoje transformado numa agência de automóveis, depois de haver servido como estrebaria no tempo dos bondes de burro.

Sob a regência dos tecnocratas, não estaríamos aqui deblaterando, até porque não existiríamos como brasileiros, uma vez que o encontro da Europa com o Novo Mundo teria sido inviável sem o sopro de aventura dos navegantes. E se amanhã vier a instalar-se um regime tecnocrático, não nos restará senão desaparecer, como na increpação de Job: – "**si mane me quaesieris, non subsistam**".

A mentalidade tecnocrática que pode blindar a cabeça de alguns homens sem alma, não deveria nunca ferir a limpidez de um espírito como o seu. Pois a idolatria tecnocrática que hoje fascina certas áreas menos sensíveis à cultura, especialmente nos países subdesenvolvidos, conduz, fatalmente, a uma sociedade fechada em que o homem se confina a uma pauta implacável de repressões e deveres, ignorados os direitos fundamentais à vida e à liberdadeA filosofia do êxito, contemplando as realizações puramente materiais, impõe o culto inhumano da riqueza, entroniza o Moloch do Produto Interno Bruto, para gáudio de uns poucos, que pastam a vida de seus semelhantes, e perverte ou esmaga o coração da própria juventude. E os jovens, deformados ou desesperados, esquecem a axiologia das grandes aventuras do espírito e do coração, o amor das causas culturais e humanitárias, e decaem numa ou noutra perdição: passam a querer ganhar dinheiro, consoante os conselhos do doutor Roberto Campos e do doutor Delfim, ou a buscar os paraisos artificiais da droga. E acho que a primeira destas duas perdições ainda é mais degradante. De qualquer forma, a impunidade dos traficantes que a fornecem aos jovens é mais repugnanete que a dos que traficam o LSD propriamente dito.

O tecnocrata é, antes de tudo, um ignorante e, por isto mesmo, um inimigo da cultura. No primarismo que o define, entende que governar é criar riquezas. A criação de riquezas é, para ele, o fim supremo da sociedade.

Ora, meu amigo, a produção de riquezas é um objetivo neutro. Pode ser um bem ou um mal. E é certo que a produção indiscriminada de riquezas gera proble-

de Almeida

mas muito mais crueis do que a pobreza e a própria indigência. Pois se as riquezas produzidas crescem verticalmente, sem a expansão horizontal que beneficia a sociedade, deixam de ser riquezas, para t formar-se em instrumentos da iniquidade. Só o político, só a gestão do político, é capaz de dar à riqueza o seu papel na sociedade. É por isso que, quando o político é banido de uma sociedade, ela corre o risco de desintegrar-se, de transformar-se numa **dis-sociedade.** Porque só o político, como motivador do povo, sabe propor objetivos e incorporar anelos nos quais o povo se reconheça com autenticidade, mobilizando-se coletivamente para o trabalho comum e o destino comum, assim alcançando sua integração íntima e global. Só o político pode assumir a representação e a representatividade do povo, constituindo-se, por isto mesmo, em seu órgão genuino de poder.

E ainda aqui é bom não confundir o político com o chamado "cientista político" – um subproduto da falsa ciência e da falsa cultura de nossos dias, da mesma laia dos técnicos, resíduo e borra de uma estranha epistemologia tecnocrática. Até porque o político é aquele ser mágico que reúne a um tempo a criação divina do Profeta de Patmos, para o qual no princípio é o verbo, e a criação demoníaca, do daimon goetheanno da verdade fáustica, em que no princípio é a ação. O cientista político, que não é cientista nem político, é apenas um tipo menor de sociólogo. E como o sociológo, não sabe nada, no sentido de que não adivinha nada. Pois sabe apenas "a posteriori".

Como na velha invectiva de Clemenceau, segundo o qual a guerra era uma coisa muito séria para ser comandada por militares, também a economia, o desenvolvimento, a justiça – o governo de um povo, em suma são coisas muito sérias, para ser comandadas por economistas, por técnicos ou por sociólogos.

Infelizmente, não tenho à mão, para enviar-lhe o belo trabalho de Gilberto de Melo Kujawski – "Elogio do Político face ao Tecnocrata" – publicado no Jornal da Tarde, no ano passado, e algumas de cujas idéias creio estar repetindo aqui, quase textualmente, no propósito de repelir com maior veemência a afoiteza da nova barbárie em que os tecnocratas trnsformaram a técnica, e no desejo de oferecer-lhe argumentos mais bem arrumados do que os meus sobre a destruição da sociedade pela demência da tecnocracia. A história não conhece uma única nação fundada por técnicos, por sociólogos, por cientistas políticos, por tecnocratas, em suma. Foram todas criadas pelo gênio da política. Somente o político possui o dom de mobilizar e motivar a sociedade para seu futuro, armando o projeto histórico, que não pode ser fabricado pelos técnicos, mas que sobe, como seiva vital, das raizes e do coração da sociedade.

A ingênuå suposição de que a máquina administrativa do Estado moderno, com suas complexas engrenagens técnicas, teria tornado o político uma presença jubilada ou demissionária, envolve uma confusão que atenta contra as primeiras leis da Lógica: – a confusão entre a ação e os meios da ação. A técnica do manejo das técnicas não é uma técnica. É verdade que Nijinski só conseguia dançar bem com os sapatos de cordobán que para ele fabricava um sapateiro florentino. O sapato era um meio de sua dança. Mas seria espantoso supor que o técnico da fabricação daqueles sapatos prodigiosos é que era, na verdade, o grande dançarino. Um técnico fabrica um piano. Um pianista o toca. O técnico proporcionou ao pianista o teclado e as cordas sonoras – o meio – mas parece beócio sustentar, por isso, que o fabricante é que é o bom pianista.

Em maior ou menor escala, num Parlamento, isto é, no forum da ação política, deve haver, a serviço dos políticos, técnicos das mais diversas qualidades: do taquígrafo ao datilógrafo, do economista à telefonista, do médico ao redator, do engenheiro ao ascensorista. Todos eles são mais ou menos importantes e eficazes, mas importantes e eficazes na medida em que deles se socorre o político, como fornecedor de **meios** à sua ação. De sapatos para sua dança, ou de pianos para seu concerto.

Haveria um sem número de outras coisas a acrescentar, especialmente no que diz respeito à insubstituível excelência do Parlamento como expressão e garantia da liberdade – expressão tanto mais legítima e garantia tanto mais válida, quanto mais representativa a sua constituição. É claro que um Congresso pode ressentir-se de deformação ou insuficiência da representatividade. Mas a causa dessa vicissitude não está na natureza da instituição. Está, exatamente, na falta de plenitude da vida política. Quando a política se abastarada, abastarda-se o Parlamento e, em conseqüência, cai a noite sobre a consciência da nação, que passa a viver nas catacumbas. Ou, como a pessoa que perde a fé num Deus, e passa a acreditar nas superstições e nos amuletos, a sociedade que perde a fé nos políticos, passa a acreditar nos milagreiros do poder, nos **camelots** de idéias e até no embuste mais ou menos inócuo dos cientistas políticos.

Não há uma sociedade civilizada, uma nação progressista e livre, sem política. E sem os políticos não se faz política. O poder político, o Parlamento, é, ao mesmo tempo a maiêutica e a enteléquia de uma vida social. Propor a formação de um Parlamento formado não por políticos, mas por técnicos, é o mesmo que propor a criação de uma Universidade com um corpo docente de estivadores. Os estivadores são muito respetáveis e muito úteis, mas para outras tarefas, nas quais os professores podem ser incapazes. Foi o que você fêz, ao propor um Parlamento de tecnocratas, isto é, um centro de poder político sem políticos. Nesta marcha, vamos fazer lojas sem compradores, serviços de correios sem cartas, tribunais sem juízes e assim por diante. Receio que não faltem tecnocratas e cientistas políticos capazes de justificar semelhantes aberrações. Isto não me estarreceria. O que me estarrece, sim, é ver o mestre perfeito, o humanista inteiriço, o cristão exemplar com todas as qualidades que têm marcado a fidalguia espiritual de sua presença neste país, transformar-se, de repente, em arauto ou cúmplice da corrupção cultural e da barbárie tecnocrática, convidando a Nação, como inesperado Caronte, a tomar ali mesmo na Praça XV, onde está sua bela Universidade, a barca da perdição para o inferno da tecnocracia.

Creia no sofrimento que me causou, a mim que o tinha como um dos **rarinantes** da liberdade e da cultura numa hora difícil. E creia no meu apreço, na minha fé e na minha esperança.

Cordialmente,

Gerardo Mello Mourão

SEBASTIÃO NERY

GOETHE E AS PEDRAS

"Pode-se perder tudo, desde que se continue a ser o que se é". (Goethe). Se isso não fosse verdade, a história seria pouco mais do que um curral de bezerros: todos ali, disponíveis, para alimentar o poder. E porque há os que tudo perdem mas continuam a ser o que são, é que existem os heróis, os estadistas, os líderes, os simplesmente homens.

1 – Esta semana, um jurista ilustre me dizia esta coisa espantosa: "Desde a morte de Hitler e o fim da guerra, o Ocidente não viu uma legislação tão radical quanto o artigo 22 da Lei Orgânica dos Partidos".

2 – O artigo 22 diz assim: "Somente poderão filiar-se aos partidos políticos os *brasileiros no gozo de seus direitos políticos, que não hajam sofrido quaisquer sanções com base nos Atos Institucionais".*

3 – Isto quer dizer o seguinte: os 8 mil brasileiros (o numero é mais ou menos esse) que tiveram os direitos políticos suspensos, que foram cassados, demitidos, aposentados, punidos de qualquer forma depois de 1964, estão proibidos, até a morte, de *entrarem para qualquer partido político. Para a vida política do país estão condenados à morte.*

4 – Nenhuma Constituição do mundo, nenhuma lei, do Haiti, do Chile, Biafra, Bengala, Espanha, é tão violenta. A história conhece vários tipos de suspensão de direitos políticos, de marginalização política. Mas suspensão perpétua, até a morte, é a primeira vez que se tem notícia.

5 – Por mil razões a coisa é absurda. Primeiro, etimologicamente. A mais drástica punição dos Atos Institucionais é a suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Se a Revolução fixou o prazo por 10 anos, é porque entendeu que bastava afastar da vida política, por esse tempo, seus adversários. *Suspensão* é uma perda provisória, temporária. Não fora assim, e os Atos falariam em *eliminação, supressão.*

6 – Depois, os Atos fixaram vários níveis de punição. Desde a suspensão dos direitos políticos à cassação de mandatos, à demissão de empregos, à aposentadoria à reforma, ao afastamento temporário de funções (alguns militares). Como querer agora nivelar a todos, condenando-os a todos, horizontalmente, à morte política?

7 – E mais. Os Atos Institucionais, como diz o próprio nome, são medidas de exceção, instrumentos de emergência, que, inclusive, foram postos, na Constituição, no Capítulo da Disposições Transitórias. Como pretender dar efeito eterno a uma decisão de circunstâncias? Isso nem a Alemanha de Hitler pensou.

8 – No Congresso, o senador Milton Campos (Arena de Minas) apresentou emenda derrubando essa loucura. O artigo 22 ficaria assim: "Somente poderão filiar-se aos partidos políticos os brasileiros no gozo de seus direitos políticos". Claro. Se o Ato suspendeu por 10 anos, passados os 10 anos, voltam os direitos políticos. E com eles, o direito de filiar-se aos partidos. E ser candidato.

9 – Dizia o senador mineiro, ex-ministro da Justiça da Revolução (governo Castelo Branco): "Não é justo afastar da atividade partidária muitos cidadãos que, embora punidos por Atos Institucionais, não perderam os direitos políticos e continuaram no exercício da cidadania. De outro lado, a proibição seria acrescentar uma penalidade para os que já tinham sofrido apenas como as de aposentadoria, reforma, perda de mandato e demissão. A pena deve ser imposta segundo a lei anterior e não conforme a lei nova. Ademais, o projeto, no artigo 22, envolve exercício e perda de direito político, o que, pela Constituição, deve ser objeto de lei comum".

10 – Esta posição, de um homem como Milton Campos, foi um alívio. Ajuda a gente a não desesperar de todo, diante da conivência e da pusilanimidade. O MDB vinha lutando sozinho. Depois começaram a levantar-se as grandes vozes da Arena contra a pena de morte política: Daniel Krieger, Milton Campos, Magalhães Pinto. Mas foram derrotadas pela maioria da Arena.

11 – O deputado Pedroso Horta, então líder da oposição, que apresentara a primeira emenda contra o artigo 22, juntou pareceres de grande juristas – Ataliba Nogueira, Washigton de Barros Monteiro e José Frederico Marques – para mostrar que "o dispositivo, da maneira que está redigido, torna perene, definitiva, eterna, uma interdição que possuia caráter temporário, fixado no tempo".

Afinal, o que é que nós queremos? Unir o país para plantar o amanhã com democracia e liberdade, ou continuar jogando contra o passado as pedras que foram anunciadas para construir o futuro?

Egydio e a corrupção

Leio na *Visão* (a cada dia melhor revista *Visão*):

"A rotina era sempre igual, descreve para Visão o repórter Bernardo Lerer: Paulo Egydio, Ferreira Filho e Carvalho Pinto desembarcam de dois aviões executivos do governo paulista, são recebidos pelo prefeito, pelo chefe da Arena e pelos dirigentes de associações de classe. Precedidos de viaturas da Rádio Patrulha ou do destacamento local da Polícia Rodoviária, vão ao clube mais importante da cidade. Instalam-se numa sala pequena, com alguns assessores, uma secretária e um funcionário da Norton Publicidade, que fará a campanha de Carvalho Pinto e da Arena. Em outra sala, ficam os prefeitos das cidades vizinhas e os deputados federais e estaduais, candidatos à reeleição, que acompanham as viagens."

"Cabe a um homem alto, de meia-idade, Maurício de Figueiredo, que já foi da UDN e administrador de fazenda em Mato Grosso, tido como *expert* em política do interior, gritar o

nome da cidade cuja vez está chegando. Os representantes do lugar postam-se à porta da sala pequena à espera do ligeiro sinal que os autorizará a entrar e conhecer pessoalmente seu futuro governador".

Tudo errado.

1) Paulo Egydio, Ferreira Filho e Carvalho Pinto não são governadores, nem secretários de Estado, nem chefes de departamento, nem contínuos do governo de São Paulo. São três simples cidadãos, como qualquer paulista. Carvalho Pinto é senador e o Senado fica em Brasília. Paulo Egydio e Ferreira Filho são apenas candidatos, já escolhidos e engolidos mas por enquanto candidatos, ao governo de São Paulo. Como viajam *em aviões executivos do governo paulista?* Quando pelegos do PTB faziam isto, era corrupção. Quando os pelegos da Arena fazem isto, deixa de ser corrupção?

Olho neles, senhores da Justiça Eleitoral. Isto é crime previsto em lei.

2) Chegam *precedidos de viatura da Rádio Patrulha ou do Destacamento local da Polícia Rodoviária.* Outro crime previsto pela Justiça Eleitoral. Rádio Patrulha e Polícia Rodoviária não podem ser postos a serviços de candidatos.

3) Os prefeitos ficam *em outra sala à espera do ligeiro sinal que os autorizará a entrar.* É o rebanho administrativo de São Paulo à disposição do matadouro da Arena, agora comandado pelo peão Paulo Egydio.

Uma vergonha, tudo isso. E foi para isso que tantos sofreram tanto nos últimos dez anos?

O Plano e o transporte

Leio em O Globo:

O aumento da taxa de expansão de emprego, a redução da taxa inflação, a duplicação da renda per capita e a segurança nacional são os principais objetivos do Plano Integrado de Transportes para o período de 1975 e 1984, atualmente em preparação no Ministério dos Transportes.

Engraçado. Vivendo e aprendendo. Eu pensava que o principal objetivo do Plano Nacional de Transportes fosse dar transporte ao país. E não é. É dar emprego, reduzir a inflação, duplicar a renda e assegurar a segurança.

Conclusão: se dependesse do Ministério dos Transportes, iríamos acabar sem emprego, sem segurança, com inflação e de renda baixa. E sem transporte.

Simonsen e a especialização

Leio no Jornal do Brasil:

Segundo o próprio ministro da Fazenda, a classe que mais se teria beneficiado com nossa recente explosão de desenvolvimento foi a dos operários especializados.

Eu conheço um bocado de *operário especializado*: Marcelo Leite Barbosa, Linaldo Uchoa de Medeiros, Fernando Rodrigues, Amador Aguiar, Leonel Miranda, Paulo Geyer, Roberto Campos. É bom parar, que já começou a subir.

Ruy e o monóculo

No "*Informe JB*", meu amigo Elio Gáspari (a melhor revelação do jornalismo político brasileiro nas últimas fornadas) dá uma de filósofo grego, aqueles velhos sofistas que tanto irritavam o mestre Aristóteles:

O *Herald Tribune* informa que há 10 anos, desde o início da campanha que retirou os anuncios da Tv americana, o consumo de cigarros aumentou progressivamente. Portanto, se existe uma fórmula de diminuir o número de fumantes, ela não é a proibição de anúncios na Tv, como se pode pensar numa analogia de macaquice".

Ora, Gáspari, com esse argumento, você leva para o "Pinel" toda a teoria da comunicação, o "*marketing*" e a informática, o jornalismo e a publicidade, nossas profissões e os suores do Mauro Salles e do Luiz Macedo, ilustres líderes da Associação Brasileira de Propaganda.

Uma pergunta só, Gáspari: se anúncio de Tv não aumenta número de fumantes, por que as empresas de cigarro anunciam em Tv? Para fazerem gracinha?

Relendo Monteiro Lobato

JESUS SOARES PEREIRA

EM virtude do coeficiente de aleatoriedade que a pesquisa do petróleo subentende inevitavelmente e, mais, das manobras sub-reptícias que, é sabido, se praticam por toda parte em torno da exploração dessa riqueza natural, a indústria petroleira comporta mistificações multiformes, capazes de envolver até mesmo os espíritos mais lúcidos, se inadvertidos.

Cumpre desmistificar, portanto, sempre que possível; mesmo quando, na análise das questões em jogo, os inadvertidos fiquem com a sua imagem afetada. Por vezes, nas contribuições que temos podido oferecer para o esclarecimento de problemas encarados, a nosso ver, de maneira imprópria, vimo-nos compelido a atingir figuras humanas incorporadas ao setor mais querido do nosso acervo cultural. Obviamente, a restrição imposta pelo amor à objetividade faz-se em prejuizo se sentimentos afetivos cultivados ao longo do tempo. Faz-se dolorosamente, sem dúvida; e. por isso, só quando muito necessário é que nos dispomos a fazê-lo.

Estamos passando por uma quadra, agora, em que é indispensável desmistificar – insistimos. Em inúmeros campos do conhecimento, aliás, desde os setores mais transcendentes, até as questões terra-a-terra, expostas de maneira a induzir ao aliciamento capcioso. A catequese subliminar come solta por toda parte; só não a percebe quem não tem olhos de enxergar. Difícil, quase sempre, é identificar a fonte mistificadora, camuflada; não se revela ao indagar-se apenas a quem interessa a mistificação.

Tudo indica que o petróleo voltará a ocupar de forma intensa a atenção dos brasileiros, nos anos próximos. Dada a sua importância, poucos ficarão indiferentes. E nada mais necessário, ao ressurgir agudo o problema nacional do petróleo, que evitar a mistificação, permanecer à margem do clima emocional característico do trato desse problema no Brasil – clima sabidamente propício a todo tipo de sofisma. Evidencia-o um passado não muito remoto, inesquecível a quem o viveu.

NÃO temos outra maneira de entender, por exemplo, a brilhante atitude esdrúxula que Monteiro Lobato assumiu, durante tantos anos, em face do problema brasileiro do petróleo. Desde logo, aqui fica a reiteração expresa de que Monteiro Lobato enriquece a nossa galeria pessoal de ícones; e não nos agrada a acusação de iconoclasta. Enriquece essa galeria subjetiva pelo conjunto da sua vida e obra, inclusive pela sua contribuição desassombrada no debate do problema nacional do petróleo. Tinha garra; tinha fibra; mas o coração imenso o arrastava por vezes para atitudes não lastreadas em dados objetivos.

Leia-se o seu livro "Escândalo do Petróleo"; examinem-se sem paixão, aí, os textos candentes que Monteiro Lobato elaborou ao expor e defender os seus pontos-de-vista: o Brasil carecia de petróleo para sair do atraso em que se acha mergulhado; havia petróleo abundante no subsolo brasileiro, pois não podia constituir exceção na América do Sul; cabia à iniciativa privada explorar essa riqueza, sendo inócua, senão ilegítima, a atuação governamental nesse setor de atividade; aí estava o exemplo dos Estados Unidos da América, a ser seguido... Quem discordasse desses pontos-de-vista não era apenas ignorante: era um inimigo do país, do enriquecimento do seu povo, do futuro de toda a nação. Cumpria dar-lhe bom cambate, sem treguas...

Por que o Estado não deveria explorar o petróleo? Porque não estava aparelhado para tal tarefa, não dispunha de recursos, nem financeiros, nem humanos, e, mais, porque não merecia confiança, em face das atitudes dos seus agentes no encaminhamento desse negócio. Pois, em verdade, tratar-se-ia de um "negócio" e Monteiro Lobato encarou a questão também sob esse prisma, ao incorporar empresas petrolíferas, apelando pra a subscrição pública de capital, buscando assistência técnica no exterior. E entrou em contradição que há como entender: ao mesmo tempo que proclamava a incapacidade financeira do governo para enfrentar tal problema, clamava pela ajuda dele em dinheiro, subvenção para a iniciativa privada. Tudo dentro de velha fórmula conhecida: a iniciativa é privada; os recursos são do Banco do Brasil; os lucros, de quem teve a iniciativa. Se houver prejuízo, será ele coberto pelo Tesouro, que deu o aval para a concessão dos recursos. Perfeito.

DEIXOU-SE Monteiro Lobato mistificar, no processo em que se engajou com toda a alma. Cegou-o a paixão, durante a luta. Para não nos cingirmos apenas às generalidades, para demonstrá-lo, citemos um fato concreto que, a nosso ver, basta para caracterizar o grau de mistificação alcançado pela campanha multiforme de Monteiro Lobato, em torno do petróleo. Referimo-nos ao caso Romero.

Conta ele próprio que em 1931, "impressionado com o não-há-petróleo oficial", fundou uma sociedade, levantou dinheiro e "trouxe da América **um aparelho indicador,** inventado pelo dr. F. B. Romero" (grifo nosso). Graças a essas iniciativas, o aparelho do dr. Romero foi fazendo "provas geofísicas" da existência de petróleo no Riacho Doce (Alagoas), no município de São Pedro e em Bofete, perto de Tatuí (São Paulo), "assim confirmando as velhas previsões geológicas que davam tais zonas como petrolíferas". Em manifesto lançado para subscrição de capital de uma das suas empresas chegou a dizer, depois, que o "aparelho geofísico" do dr. Romero revelava a vasão de óleo por poço produtor ainda a ser perfurado (10.000 barris/dia!). Ora, não é necessário ser técnico no assunto para saber que essa vazão dependeria não apenas da possança da jazida a identificar, no caso, mas também d
dade da rocha armazenadora do óleo, da viscosidade deste, da pressão a que estaria ele submetido, do diâmetro do tubo de extração... Tudo isso seria revelado, portanto, pelo aparelho do dr. Romero, antes de qualquer sondagem.

IMPOSSÍVEL admitir que Monteiro Lobato subscrevesse tais coisas de má-fé. Repugna adotar essa hipótese, para explicar a sua atitude em ralação à pesquisa de petróleo no Brasil; e só resta a que formulamos: a paixão cegou-o e ele deixou-se mistificar pelo dr. Romero, à falta de advertência de quem lhe merecesse confiança. A paixão levou-o a agredir da maneira mais desabrida homens como Pires do Rio, Eusébio de Oliveira, Luciano Jaques de Morais, Domingos Fleury da Rocha, Júlio Caetano Horta Barbosa e outros mais que discordaram dos seus pontos-de-vista em matéria de petróleo ou deixaram de atender as suas petições aos serviços oficiais. Levou-o a sugerir ao chefe do govêrno, por telegrama, fossem empregados os membros do Conselho Nacional do Petróleo como combustível dos motores de perfuratrizes. Exaltou-lhe a imaginação poderosa, afastando-o mais e mais da realidade que não poderia ser investigada sem a mobilização de grandes recursos e em prazos não muito breves.

Se a morte não o tivesse subtraído ao convívio de quantos o admirávamos, por certo teria combatido, com toda a sua veemência, a mobilização representada pelo programa do petróleo a ser executado pela Petrobrás. Por que essa previsão retrospectiva? Porque a Petrobrás era ao ser criada um desdobramento do Conselho Nacional do Petróleo, nos seus serviços de atuação industrial; e o Conselho foi combatido de maneira implacável por Monteiro Lobato, desde a sua instalação.

Dificilmente pode alguém ocupar-se de maneira aprofundada de um problema empolgante como o do petróleo, no caso brasileiro, sem acabar por engajar-se nele, com toda a alma. O petróleo apaixona. Mas, para que a lucidez se mantenha, é indispensável evitar que a paixão comande.

Simonsen e Delfim: uma herança na Fazenda para poucos sorrisos

O desenvolvimento com um parlamento fraco, ou sem ele

JORGE FRANÇA

O Brasil ficou consagrado internacionalmente pelo seu *jeitinho*, uma fórmula cabocla de encontrar solução conciliatória para todos os problemas, sejam de que ordem for. O nosso *jeitinho* chegou em certa época a impressionar a muitos analistas, que ficavam boquiabertos com nossa capacidade de conciliar posições antagônicas ou mesmo encontrar um meio de resolver questões técnicas. Os americanos, mais frios, menos jeitosos e sem qualquer matreirice, estudaram em seus laboratórios de ciência política de Harvard, Berkeley, Siracusa e outros o nosso processo político e chegaram a fórmulas empíricas, como a apresentada há dias pelo professor Robert Packenham, de Stanford, durante o simpósio político realizado no Rio, de que os países em vias de desenvolvimento não podem e não devem ter legislativos fortes, defendendo a tese de que eles só servem para atrapalhar o processo.

Não sei bem com que cara o cientista político americano afirmou tal heresia e foi aceito e aplaudido pelos brasileiros presentes ao citado encontro, que basbaques sorviam as suas palavras, quando dias antes os Estados Unidos davam um exemplo ao mundo do que é capaz um parlamento forte e livre. Tambem a própria história do desenvolvimento norte-americano não registra qualquer passagem de necessidade de enfraquecimento do Capitólio para que a nação pudesse crescer e tornar-se forte. Em apenas um setor os cientistas políticos americanos parecem ter fracassado: na política externa. As fórmulas políticas saídas dos laboratórios de Tio Sam e aplicadas em vários países do mundo não têm sido tão eficazes quanto as dos centros espaciais de Houston ou Cabo Kennedy, orientados até pouco tempo pelo alemão, *enfant gaté* de Hitler, Von Braun. Os exemplos estão aí, espalhados por todo o mundo: Coréia, Vietnã, Grécia, Laos, Tailândia, Filipinas, para não citar a parte do continente americano abaixo do Rio Grande, o que se tornaria enfadonho.

A FESTA AO CONGRESSO MUDO

Mas toda esta cascata aí em cima serve de introdução aos exemplos que vamos dar de um país sem legislativo durante algum tempo e com um parlamento raquítico, após uma longa temporada de hibernação forçada. Em fins de dezembro de 1968, os repórteres que cobriam os acontecimentos do Ministério da Fazenda foram chamados ao gabinete do Sr. Delfim Neto e se surpreenderam pela forma como foram recebidos. Aquele sorriso irônico a que estavam acostumados tinha se transformado num ar de felicidade. De pé, com as mãos nos bolsos do paletó, a estatura baixa, o rosto largo e curto e um sorriso conciliador os esperava. De início uma desculpa: lamentava não ter em seu gabinete uma *Moet Chandon* para recepcioná-los, mas mandaria servir cafezinhos e água mineral. Em seguida a explicação por tanta euforia:

— Como os senhores sabem, e não é nenhuma novidade para a nação, o governo acaba de fechar o Congresso Nacional. Até agora não tinha podido fazer quase nada pelo país. Agora o quadro mudou. O Congresso era um entrave ao desenvolvimento nacional. De hoje em diante, vamos dar um pulo para frente. Ninguém mais vai impedir que este país cresça. Não precisaremos mais negociar artigos e parágrafos da lei. Simplesmente as redigiremos e publicaremos, imediatamente. E o que é importante, poderemos modificá-las ou mesmo revogá-las no dia seguinte, tudo de acordo com o que pretendemos fazer, ou seja, transformar este país num grande laboratório econômico. Daremos um tratamento de choque neste paciente gigante. Vamos mudar a face da nação.

Durante cinco anos a nação resistiu ao tratamento de choque aplicado por Delfim Neto e seus cientistas. Um bando de garotões egresso da Ampes. Fundação Getúlio Vargas e das escolas de economia, especialmente das de São Paulo, de onde havia saído o mago das finanças, tentou dar praticabilidade a um monte de teorias esquisitas que povoavam suas cucas vazias de conhecimentos sócio-econômicos e sem qualquer resquício de filosofia ou relações humanas. De dezembro de 1968 a 15 de março de 1974, Delfim e seus garotos a maioria vinda da famosa Ampes, brincaram com uma nação inteira. Dispuseram da vida de 100 milhões de pessoas que habitam este gigantesco laboratório econômico. Os frutos dessas experiências começam a ser colhidos agora.

OS ALEGRES ASSESSORES

Os corredores do imponente palácio da Fazenda. na Esplanada do Castelo, no Rio, ficaram povoados de jovens cabeludos. irradiando alegria e satisfação. Parecia mais um pátio de faculdade em intervalo de aula. Alguns dos técnicos recrutados para a longa experiência não tinham nem completado o curso superior. A arrogância era uma dominante em todas as salas, antesalas e saletas. Para se falar com um dos assessores era preciso marcar audiência prévia e quando o jovem resolvia receber um repórter para explicar uma medida qualquer, o esperava sentado em uma poltrona com as pernas sobre a mesa de trabalho e a arrogância de um pró-cônsul romano.

O laboratório começou a funcionar a todo vapor. As leis, decretos, portarias saíam em fornadas, como das padarias saem os pães. Delfim ficava cada vez mais forte. Era o senhor todo-poderoso e surgiram as primeiras crises intestinais. Caíram ministros, como Fábio Yassuda, Cirne Lima, presidentes e diretores do Instituto Brasileiro do Café. Para derrubar o ministro da Indústria e do Comercio e o presidente do IBC, Delfim deixou que o país sofresse um prejuízo de mais de 400 milhões de dólares, escondendo-se num fim de semana para não ser encontrado pelo Sr. Mário Penteado, recentemente falecido, que, de Londres, tentava localizá-lo para fazer uma consulta sobre a conveniência ou não de assinar o Acordo Internacional do Café. Assinou, o Brasil perdeu os milhões de dólares e caiu.

Veio a primeira crise da carne. Eduardo de Carvalho, louro com pinta de galã, chefe da Assessoria Econômica de Delfim, pousado sobre seus vastos bigodes, chama os repórteres para explicar a crise. Despreparado para o convívio democrático, exaspera-se com as perguntas, que considera "impertinentes." Repetindo a cada instante um *oviamente* que motivava sorrisos entre os jornalistas, Edu termina por recomendar ao povo que passe a consumir presunto, que na época custava "apenas dois dólares o quilo, mais barato e melhor que o consumido nos Estados Unidos" (a carne estava tabelada então em Cr$ 5,60 o quilo da de primeira). Delfim teimava em manter o tabelamento da carne e do leite, com o evidente propósito de derrubar Cirne Lima, do Ministério da Agricultura, uma sombra em seu caminho, especialmente por ser amigo pessoal do presidente Emílio Médici. Conseguiu seu intento e dias depois a carne e o leite tinham seus preços elevados em mais de 100 por cento.

Finda a era de Delfim à frente dos negócios da Fazenda, todos os garotões assessores estão bem empregados em firmas que, direta ou indiretamente, se beneficiaram com os decretos e leis elaborados no laboratório da Esplanada do Castelo.

EFEITOS DAS EXPERIÊNCIAS

Assumindo o Ministério da Fazenda, no dia 16 de março passado, Mário Henrique Simonsen encontrou as finanças do país em crise. A principal causa das dificuldades foi, incontestavelmente, a inflação mundial e a falta de matérias-primas, mas os erros acumulados internamente contribuiram sobremaneira para o agravamento da situação. Seguindo o princípio ético estabelecido desde 1964, de não criticar a administração anterior, porque a nova filosofia imperante é no sentido de que não existem departamentos estanques e que o governo é um todo, Mário Henrique está modificando o quadro que se lhe apresentava.

Não se sabe se fará novas experiências ou se não tinha outra alternativa que não a de alterar tudo o que encontrou. Seus assessores têm confidenciado a repórteres amigos que a situação é grave. Delfim Neto havia baseado o crescimento da economia voltado para as exportações, num erro tático primário. Não criou condições para o estabelecimento de um mercado consumidor interno, e o governo está agora diante de um dilema: tem que continuar incentivando o aumento da produção, mas vender para quem?

O governo, agora, faz sérios esforços no sentido de compatibilizar três objetivos: 1) conter a pressão inflacionária; 2) manter alta a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, o famoso PIB; e 3) suavizar o dificit da balança comercial, sem prejudicar o abastecimento interno (veja-se a proibição de importação de supérfluos).

Estabelendo a expansão dos meios de pagamento em 1974 ao nível de 35 por cento, e estando a inflação no primeiro semestre em 23 por cento, isto significa que, perseguindo um crescimento do PIB de 10 por cento, a alta de preços ou

a inflação, no segundo semestre, não poderá ser superior a 10 por cento, ou seja um ritmo médio mensal de 1 por cento. Já em julho este quadro parecia impossível de se concretizar, com a taxa de inflação alcançando a 1,7 por cento. Já a partir de agosto, o governo começou a "trancar" os preços, repetindo o que ocorreu ao longo do final do ano passado e, portanto, represando a inflação que se projetará no ano que vem, tal como está ocorrendo em 1974. No fundo, uma espécie de tratamento de choque, só que com o nome de gradualismo e fora das regras ortodoxas.

Manter elevada a taxa do PIB é o mesmo que permitir um volume de investimentos compatíveis, o que pressupõe plena liberdade de inversão e meios de pagamento em volume satisfatório. Plena liberdade de inversão depende da reação normal do mercado, em termos de preços, de modo a que a remuneração dos fatores seja compatível. Preços controlados e – como diz Mário Henrique Simonsen – controlados de tal forma que absorvam parcela da inflação, é dar um "tranco" no mercado de oferta e, portanto, na propensão a investir. Novamente aparece o tratamento de choque travestido de gradualismo e fora das regras ortodoxas.

O *deficit* da balança comercial, nos seis primeiros meses do ano foi de 2,048 bilhões de dólares, em parte devido aos altos preços do petróleo. Neste ritmo o *deficit* até o fim do ano se aproximará dos 4 bilhões de dólares, quando esperava-se que ficasse em torno de 1,5 a 1,8 bilhões. Apesar do governo ter dificultado as importações e ter estimulado as exportações, fracassou neste segundo ítem. No caso das importações, o cerceamento significa um "tranco" nas atividades econômicas internas e, portanto, no ritmo de crescimento do PIB. Quanto às exportações, haverá a continuidade e até mesmo agravamento dos problemas internos de abastecimento, com eescassez relativa de oferta e tendência à alta de preços, como os casos do café e da soja, que o governo tenta contrarrestar com controles diretos mais rígidos. Novamente um tratamento de choque sob o nome de gradualismo e fora das regras da ortodoxia.

TRÊS HIPÓTESES

Está, pois, o governo caminhando para o tratamento contra-inflacionário na área da terapêutica de choque, só que sem o nome e com a introdução de um fator adicional: o rígido controle dos preços.

Dificilmente a taxa de inflação prevista será mantida em 1974 e, se o for, ocorrerá uma dessas três hipóteses: ou os índices de preços terão que ser manipulados para baixo (como o eram na época de Delfim), liberando-se os meios de pagamento; ou se deixam os índices refletir a realidade dos preços e, nesse caso, se contida a expansão dos meios de pagamento, se libera de fato os preços; ou, o que parece mais lógico, não se manipulando os índices, nem se contendo meios de pagamento, agindo-se, porém, criteriosamente através do controle de preços.

Fora disso, teremos o choque, e fortíssimo, por sinal.

CUIDE DA PELE: NAO USE COSMETICOS

ODACY DA COSTA

Quando uma mulher entra numa loja e compra um creme de beleza ou outro cosmético qualquer, pode estar correndo um risco. Ela não conhece a composição desses produtos – os fabricantes não dão indicação nenhuma – e poderá estar no dia seguinte com o rosto vermelho e inchado, por uma alergia, ou implicações mais graves, como distúrbios no sistema nervoso. Isso acontece com mais freqüência do que imaginamos. As vendedoras de cosméticos estão habituadas às reclamações, e os dermatologistas a cuidar dos estragos.

Produtos comprovadamente venenosos, como o hexaclorofeno, que matou mais de 30 crianças na França, há cerca de um ano, continuam a ser usados na fabricação de cosméticos e artigos de higiene. Os Estados Unidos e a França já interditaram o uso do hexaclorofeno. O Brasil. ainda não. No Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA), uma comissão está reexaminando as condições de licenciamento, mas, enquanto isso, continua sendo vendido através de uma grande quantidade de cremes de beleza, talcos, desodorantes, cremes de barbear, sabonetes, demaquilantes, e até loções para bebês. E, quem sabe, sendo o causador de problemas orgânicos inexplicáveis, alergias, eczemas, irritações, e outros mais graves, como distúrbios no sistema nervoso, perturbações sensoriais, endurecimento muscular e outras conseqüências.

A MODA E O PERIGO

Em meio à variedade de produtos colocados no mercado, os consumidores se perdem, e a fiscalização também. Existe legislação específica para "produtos de higiene e toucador", mas apenas dois fiscais, na seção do LCCDMA, do Ministério da Saúde, no Rio. Nos outros Estados, com exceção de São Paulo, ausência total. E é por isso que acontece um fato curioso: produtos apreendidos e interditados aqui são mais tarde lançados nos mercados do Norte e do Nordeste, sem nenhum obstáculo.

Cremes de limpeza e "rejuvenescedores" à base de hormônios são a grande moda em cosméticos. O que é inexplicável, porque o hormônio está, há muitos anos, proibido em produtos que não sejam vendidos sob receita médica. Usado sem controle, mesmo que seja em aplicações externas – porque a pele absorve e transmite ao sangue –, pode provocar distúrbios hormonais, em que o aparecimento ou aumento de pelos é uma das manifestações menos graves.

Além disso, o hormônio tem um prazo limite de duração, que é de 60 dias no máximo, findos os quais perde todo o valor que se presume ter. Pela lei que regulamenta, produtos como esse, sujeitos à perda de eficiência, deveriam trazer "impresso e em destaque o prazo de validade", mas nenhum deles traz.

Na opinião das vendedoras, as mulheres maduras têm uma grande esperança nos hormônios e no seu presumível poder de revitalização. E foi um achado para os fabricantes. Todas as grandes marcas possuem uma linha à base de hormônios: Dorothy Gray tem o *Hormonium-Cream* e a loção; Germaine Monteil, a linha *Bio-Clear* e *Miracle;* e Helena Rubinstein chega ao exagero de usar dois tipos de hormônios no seu creme de noite, *Ultra Feminine*, que contém estrogênio (hormônio feminino) e progesterona (hormônio masculino).

O COSMÉTICO DESINFETANTE

Falou-se muito sobre o hexaclorofeno, na época em que morreram vários bebês na França, por terem usado o talco Morhange contendo uma porcentagem elevada desse produto. Passado algum tempo e acalmados os ânimos, esse antisséptico poderoso e tóxico continua a ser usado nas fórmulas de cosméticos em vários países, inclusive o Brasil. Alguns exemplos: cremes de beleza, como Skin-Balance de Helena Rubinstein, desodorantes (Mum, Williams, Isabelle Lancray), cremes de barbear (Gibbs), sabonetes líquidos (Phisoex), loção para bebê (Johnson) e uma infinidade de talcos, desodorantes, sabões, banhos de espuma, antitranspirantes, demaquilantes, etc.

O hexaclorofeno é tão poderoso que é usado também como desinfetante em hospitais. O problema é que, além dos micróbios, mata gente. Sua inclusão nas fórmulas de cosméticos tem duplo objetivo: além da ação antisséptica, o hexaclorofeno tem um alto poder bactericida, que permite conservar indefinidamente os produtos, mantendo-os em estoque, sem problemas de validade de uso. Portanto, um problema apenas de conveniência para os fabricantes.

A legislação brasileira estabelece a porcentagem máxima de 2% nos produtos usados em diluição, como xampus, cremes de barba e sabonetes, e de 1% nos produtos de aplicação direta. Outros mais precavidos, como a França e os Estados Unidos, proibiram inteiramente, e o Canadá permite o máximo de 0,75%. Entretanto, biólogos que têm estudado a ação do hexaclorofeno afirmam que mesmo em doses fracas pode ser perigoso pela cumulação no organismo.

O SOFRIMENTO DA PELE

Quem vive na cidade não escapa ao consumo exagerado dos cosméticos e produtos ditos de higiene. E castigam

Beleza custa caro e às vezes a saúde

diariamente a pele com uma variedade de produtos, para finalidades distintas, criadas pela publicidade. Se examinarmos com atenção, o uso desses produtos não corresponde a uma necessidade real. Pelo contrário, muitos deles provocam ação oposta ao que seria desejável.

É o caso dos desodorantes. De um modo geral, apregoam como um atrativo o fato de eliminar o suor, quando se sabe que a pele necessita transpirar suficientemente para libertar o corpo de substâncias tóxicas e irritantes. Os desodorantes têm, na maioria das vezes, um efeito nocivo. Contendo produtos bactericidas, destroem a flora bacteriana normal e abrem caminho à instalação de variedades de micróbios de putrefação, que produzem mais odor ainda que as bactérias destruídas.

Essa destruição da flora bacteriana normal suprime um agente natural de defesa do organismo contra as agressões diversas, e pode ser muitas vezes a causa de micoses. Entre esses produtos deve-se citar o sabonete Rexona, que para se apresentar como desodorante incluiu à sua fórmula um bactericida quase tão poderoso e nocivo quanto o hexaclorofeno – o TBS, ou tribromosalicilanilida. No Brasil, o TBS é permitido nas mesmas proporções que o hexaclorofeno.

A NEUROSE DO CHEIRO

No campo dos "maus cheiros", os publicitários atacam por todos os lados. Servindo-se de todas as motivações possíveis, propõem sabonetes desodorantes para o banho, desodorante para a higiene diária, desodorante para a hora do trabalho, desodorante para não cheirar mal nos transportes coletivos, desodorantes de ação prolongada para as 24 horas do dia. E, para vender o produto em dobro, propõem um modelo para a mulher e outro especial para o homem.

A pele, por mais saudável que seja, dificilmente resiste a essa carga diária de antissépticos. Para a mulher, por exemplo, já não basta um. São necessários três desodorantes – o sabonete com poder desodorante, o desodorante propriamente dito e a última descoberta dos fabricantes, o chamado desodorante íntimo. Na promoção desses últimos, a imaginação dos publicitários agiu livremente, sem se preocupar com o fato de estarem aconselhando produtos de alto teor ativo para serem aplicados sobre mucosas frágeis, que os absorvem mais rapidamente para o sangue.

E quem já se preocupou em estudar os efeitos desses químicos em contato com os órgãos genitais? No Brasil, pelo menos, ninguém. A legislação sobre cosméticos e produtos de higiene data de 1965 (decreto 57.395), acrescido de mais duas portarias, uma de 1966 e outra de 1967, e não incluem portanto, os desodorantes "íntimos", que são uma invenção recente.

Aproveitando-se de fatores neuróticos como a insegurança afetiva, o complexo de rejeição, a publicidade propõe produtos para as mulheres se fazerem amadas, se sentirem seguras de sua feminilidade e, sobretudo, aceitas. Mas é um jogo perigoso. Os consultórios de dermatologistas estão cheios de mulheres com micoses, infecções de todos os tipos, provocadas por cosméticos, pálpebras inchadas pelos corantes contidos nas sombras e máscaras para cílios, e muitos outros tipos de distúrbios.

As consumidoras de cosméticos não dispõem de nenhuma fonte de orientação segura, ao comprar. Os rótulos não dão nenhuma informação clara, e se limitam a dizeres de valorização dos produtos. As vendedoras ou esteticistas, embora tenham cursos oferecidos pelos fabricantes, não têm conhecimento suficiente das fórmulas dos produtos para aconselharem com segurança às clientes.

COMO SE PROTEGER

A única fórmula segura de se proteger é recomendada pelo dermatologista Aldy Barbosa Lima. Antes de utilizar qualquer cosmético, aplicar pequena parte dele sobre a pele, deixando por 24 horas, coberto por um esparadrapo. Havendo irritação local, a pessoa é, provavelmente, alérgica àquele cosmético.

Segundo o dr. Aldy, os fenômenos mais comuns de alergia são os provocados por sombras, delineadores, batons, e eczemas variados provocados por esmaltes de unhas. Outros causadores freqüentes de alergias são os óleos de bronzear e as tinturas de cabelo.

No Brasil não existem cosmetologistas, porque não existe o ensino da cosmetologia, que deveria ser uma ramificação da dermatologia. Os dermatologistas cuidam apenas das doenças da pele e tratam somente com produtos farmacêuticos. Na verdade, se as pessoas se convencessem de que a beleza da pele é conseqüência da saúde, recorreriam mais freqüentemente à medicina do que aos cosméticos.

Nenhum problema de pele tem origem externa, a não ser, evidentemente, nos casos de queimaduras e infecções locais. E uma pele sensibilizada, pode, segundo o dr. Aldy, sofrer graves alterações pela aplicação de substâncias químicas.

A CARNE CARA: QUEM PUDER QUE PAGUE

SÉRGIO MACEDO

Nem a importação da carne congelada ou a liberação dos estoques, aliadas a alguns "puxões de orelhas" nos frigoríficos, conseguiu por fim à crise da carne. Agora, que o Mercado Comum Europeu fechou as portas à carne sul-americana, há carne de sobra no mercado, mas nem por isso o preço baixou e até mesmo a congelada está sendo vendida acima da tabela. Há denúncias, de setores de pecuarias de que o governo estaria protegendo os grandesfrigoríficos multinacionais e já se fala até em levantar as punições impostas aos nacionais. E carne mesmo, que é bom, só congelada. E cara.

Tudo começou com um chamado "acordo de cavalheiros", em março último, entre o governo e os pecuaristas. Segundo êsse acordo, a arroba do boi em pé seria vendida, pelo produtor, a Cr$ 110,00, o que permitiria que a carne chegasse aos açougues e supermercados ao preço tabelado de Cr$ 9,50 o traseiro e Cr$ 5,20 o dianteiro.

Mas, com a chegada da entressafra – quando as pastagens vão rareando, reduzindo a disponibilidade de boi gordo – chegou também a alta dos preços e o acordo não durou muito. O preço da arroba passou a custar Cr$ 125,00 – em Minas foi até a Cr$ 140,00 – e a carne chegava aos açougues não mais a Cr$ 9,50 e Cr$ 5,20, mas a Cr$ 10,50 e Cr$ 7,40. Assim, os varejistas não tiveram outra alternativa senão majorar os preços para o consumidor.

Tanto que o governo resolveu intervir. Vinte e quatro frigoríficos e distribuidores foram punidos com corte de crédito nos bancos oficiais, além de perder o acesso ao redesconto, por não cumprirem o acordo. Além desses, 370 açougues e frigoríficos foram fechados, nas últimas semanas, no Rio e em São Paulo, segundo o Superintendente da Sunab, Rubem Noé Wilke, "por venderem a carne acima dos preços estipulados pelo governo ou por não afixarem a tabela."

A partir daí, a situação piorou ainda mais, só as carnes especiais eram encontradas no mercado. A de segunda, que já andava bastante escassa, sumiu de vez, porque os grandes frigoríficos multinacionais passaram a industrializá-la toda – podiam pagar mais, com os preços de exportação liberados.

E nem a liberação da carne importada do Uruguai, com a Cobal entregando na proporção de dois traseiros para um dianteiro, aos varejistas, conseguiu fazer a carne de segunda voltar aos açougues. Estes, considerando o produto uruguaio "muito inferior ao nacional", preferiram continuar trabalhando com os frigorificos, mesmo pagando preços superiores aos estipulados pelo acordo de cavalheiros. Além disso, a Cobal dá aos varejistas um prazo de apenas 15 dias para os pagamentos, enquanto o frigorificos particulares costumam trabalhar com 30 dias.

Enfim, as medidas adotadas até agora pelo governo se relevaram ineficazes. Há carne de sobra no mercado, mas o abate está proibido nos grandes centros, para evitar concorrencia ao produto congelado. As punições também não surtiram efeito, tanto que o governo ja pensa até em levantá-las. E o acordo continua não sendo cumprido, porque o que prevalece mesmo são os preços do câmbio negro. Quem puder, que pague.

PREÇO, O PROBLEMA

Denúncias ou pressões, corte de crédito ou qualquer outra medida punitiva nao resolverão o problema da carne, segundo o presidente da Associação de Criadores de Guzera, José Resende Peres. Afirma êle que é um problema de custo e o governo só tem duas saídas: liberar a comercialização e lançar no mercado toda a carne congelada estocada para evitar as especulações da entressafra.

Peres não vê razão para se cobrar dos pecuaristas o cumprimento do acordo de cavalheiros, "porque êles não participaram da sua elaboração, além do que vender a arroba a Cr$ 110,00 significa não ter dinheiro nem mesmo para pagar a reposição de um novilho, que hoje não custa menos de Cr$ 1.500,00."

E diz mais:

– Se ninguém está cumprindo o acordo e porque ele se fundamentou em bases irreais e se a carne começa a faltar no mercado é porque não há disponibilidade de boi gordo a Cr$ 110,00 a arroba, preço que o governo teima em manter.

Tal comportamento, na opinião do pecuarista, "só contribui para manter o mercado negro, criando uma situação em que, formalmente, todos procuram demonstrar que estão cumprindo o acordo, embora na realidade prevaleça em todos os negocios o nivel real dos preços".

Também para o presidente da Associação de Criadores de Nelore do Brasil, José Mario Junqueira de Azevedo, é preciso mais realismo:

– Deve ser encontrada uma solução que concilie os interesses dos consumidores, produtores, abatedores e da economia nacional. Sendo a carne um dos alimentos mais importantes do povo brasileiro, é realmente necessário encontrar um custo acessivel à maioria dos consumidores, mas por outro lado, o preço não pode ser aviltado, sob pena de afugentar capitais do setor e, consequentemente, diminuir a oferta do produtor ao consumidor.

AÇOUGUES EM CRISE

A opinião dos proprietários de açougues é a mesma: trata-se de questão de preço. Gastão Lobo, proprietário de açougue e ex-secretário do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas, acha que "é impossivel cumprir a tabela, porque ninguém está cumprindo o "acordo" e não há margem para se trabalhar".

E para os açougueiros – acrescenta – é ainda pior, porque estão sendo prejudicados por uma simples questão de **marketing:** os donos de supermecados estão usando a comercialização da carne como ponto de atração de vendas, "revelada nos últimos tempos um eficiente chamariz para os outros produtos expostos em suas lojas.

– Se a situação não mudar, em pouco tempo será insustentável, principalmente para o pequeno comerciante que, como eu, acabará fechando as portas, quando não der mais para trabalhar.

E é o que indicam as estatísticas oficiais: num período de nove meses deixaram de funcionar na Guanabara 1.314 açougues.

Mas o fato mais grave na atual crise da carne foi a denúncia de José Mário Junqueira. Em entrevista concedida na sede da Associação de Criadores de Nelore do Brasil, em São Paulo, o criador denunciou os grandes frigoríficos multinacionais de não cumprirem o acordo, "contando com proteção do Governo".

José Mário citou nominalmente o frigorífico Anglo e mostrou, como prova, a nota fiscal nº 124.908, emitida por esse frigorífico no dia 9 de agosto, na qual consta a venda à Unicar Comércio de Carnes Ltda, de 12 traseiros, ao preço unitário de Cr$ 10,00, e de quatro dianteiros, a Cr$ 6,20, enquanto os preços da tabela são, respectivamente, Cr$ 9,50 e Cr$ 5,20. O pecuarista fala em "proteção do Govêrno" argumentando que, "além do Anglo, outras empresas como a Swift, Armour e Bourbon não foram punidas com o corte de crédito, apesar de venderem a carne acima da tabela".

Enquanto isso, nada menos que 24 frigoríficos e distribuidores nacionais sofreram as restrições impostas pelo Ministério da Agricultura. São eles:

● FRIGORÍFICOS: Frimusa – Frigorífico Mucuri S.A.; Frigorífico T. Maia; Frigorífico Norte-Minas S.A.; Frigorí-

Evita: o carisma do peronismo

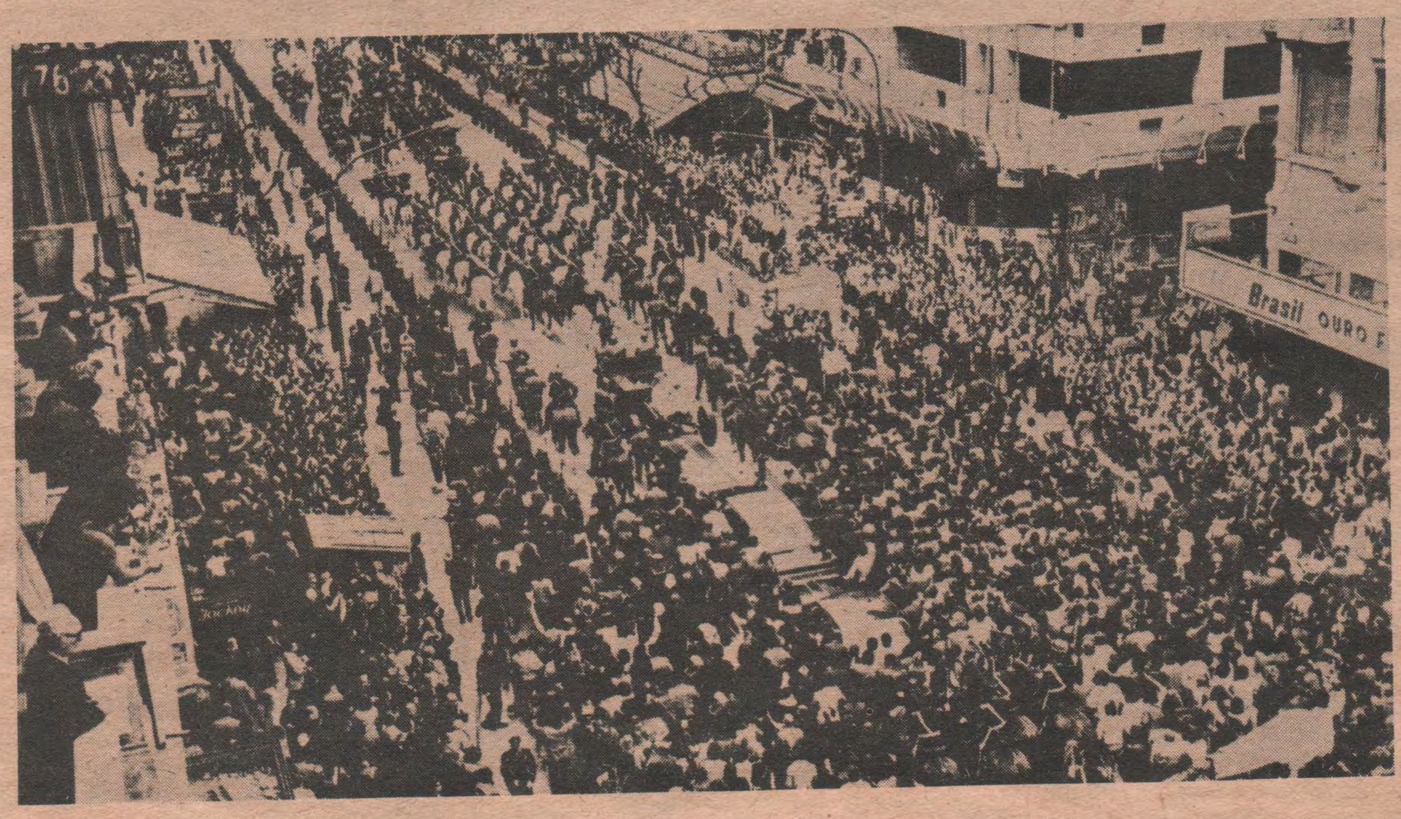
tas. Com sua morte, em 1952, aos 33 anos de idade, Peron não manteve a unidade e nem conseguiu destruir o crescente poder político de seus inimigos. Para os grupos econômicos mundiais, somente interessados em fomentar um capitalismo mercantil nos países subdesenvolvidos, a existência de uma Argentina industrializada e independente deles, não era agradável e nem saudável a sua continuidade como força econômico-política na América Latina. Urgia acabar com aquilo antes que fosse tarde.

O asilo de Peron na canhoneira "Paraguay", no dia 20 de setembro de 1944, encerra a primeira fase do movimento peronista no poder. A oposição que derrubou Peron era heterogenea: comunistas, liberais, direitistas, etc.. Essa heterogeneidade não significava nada na realidade, pois os primeiros atos da "revolução libertadora" foram extremamente antipopulares e vingativos.

Os governos que se seguiram, tolerados e permitidos pelos militares, pouco fizeram no sentido de fortalecer e ampliar as conquistas econômicas e sociais das massas. Sempre se orientaram no sentido de aumentar cada vez mais a participação do capital estrangeiro na economia argentina. Mesmo Frondizi, um teórico do nacionalismo, nada realizou nesse sentido, durante seu governo, que alguns críticos consideraram como um "governo do FMI".

A instabilidade econômica, a constante redução dos salários reais, as lutas sindicais por melhores condições, mais a incapacidade dos militares argentinos em resolver a situação, principalmente depois que derrubaram Arturo Illia, em 1966, mantiveram as teses populistas do peronismo bastante vivas e com forte apelo social. Aquele inicial fracionamento foi taticamente esquecido, muito embora já fossem muito diferentes nas teses peronistas, onde os apelos populistas e sindicalistas se mesclavam com as formulações esquerdistas de um "movimento de libertação nacional".

As lutas entre militares e peronistas se tornam freqüentes e violentas. Com Ongania, sucessor de Illia, a situação se torna mais grave. Em Córdoba, após cruentas lutas, estudantes e trabalhadores dominam a cidade durante três dias — a guarnição federal, comandada pelo general Sanchéz Laos, retirou-se e recusou-se a obedecer as ordens de repressão violenta. Foi o "Cordobazo", que será repetido em outras cidades argentinas durante todo o ano de 1969. Neste ano é que surgem as primeiras organizações para militares peronistas e esquerdistas, Montoneros e o ERP.



GRANDE ACORDO NACIONAL E PERON

Com Levingstone, sucessor de Ongania, em 70, os militares iniciam o diálogo com os políticos. Mas, em virtude da oposição sindical, liderada por Rucci, secretário geral da CGT, é substituido, em 72, pelo General Alejandro Lanusse. Este, "a eminência parda" de Ongania e Levingstone acelera os contatos e lança as bases do "Gran Acuerdo Nacional". Desse modo, Lanusse pretendia retirar as Forças Armadas do atoleiro em que estavam metidas e evitar que as forças esquerdistas, dentro e fora do peronismo, conseguissem aumentar sua capacidade política e definir mudanças na linha política e econômica até então adotadas.

Pelo GAN, os militares concordam em convocar eleições livres e diretas para Presidente, Congresso Nacional, etc.. A Frente Justicialista de Libertacão (Frejuli) indica Hector Campora e vence por larga margem. Mas Cámpora ignora três itens do acordo celebrado entre Peron e os militares: a) obrigatoriedade dos partidos políticos obedecerem a Constituição e as leis vigentes, inclusive as relativas à subversão e apologia de atos terroristas; b) ilegalidade de qualquer anistia a acusados por atos terroristas e subversivos; c) total autonomia para os comandos militares nas questões relativas à segurança nacional, interna e externa.

A anistia aos presos políticos, sua simpatia às organizações paramilitares peronistas e esquerdistas, a tentativa de desmontar o aparelho repressor e o afastamento de notórios torturadores da Política e das Forças Armadas, Hector Campora conseguiu se indispor com os militares e os setores mais reacionários da Frejuli. Desse modo, os militares concordaram com a volta de Peron e sua eleição, pois havia a sua concordância na rígida manutenção dos cinco pontos anteriormente acertados, principalmente os três que foram infringidos por Campora.

Tanto Perón quanto os militares estavam encarando a situação argentina como o fruto específico da atividade aventureira de alguns jovens e na infiltração de "ideologias exóticas", estranhas ao pensamento político argentino. Assim, Perón, ainda confiante no seu carisma, pretendeu solucionar a crise mediante apelos emocionais, sem obter o menor resultado a não ser seu total afastamento dos setores mais atuantes do movimento peronista, a Juventude Peronista e suas seis organizações.

Seu envolvimento com Rega e outros membros do justicialismo oficial, tidos como direitistas, foi fatal para o aprofundamento de seu divórcio com aqueles setores, que não viam suas reivindicações atendidas e viam o avanço de idéias e teses contrárias a tudo aquilo por que tinham lutado. Sua morte evitou que visse o dia em que seria totalmente contestado e acusado de trair suas próprias idéias.

Chesterton centenário

ANTONIO CARLOS VILLAÇA

"The best things do not travel"..., dizia Chesterton. As melhores coisas não viajam. Era o elogio da estabilidade, tão louvada por Bento na **Regula Monachorum.** No entanto, Chesterton viajou muito. Do agnosticismo ao anglicanismo e deste ao catolicismo. E, no espaço, ficaram famosas as suas excursões de escritor à Polônia em maio de 1927, a Roma em 1929, onde escreveu **The Ressurrection of Rome;** ao Canadá e aos Estados Unidos, em 1932, viagem longa, de nove meses, com um curso de seis semanas na Universidade Católica de Notre Dame, South Bend, quando falou para cinco mil estudantes sobre temas literários da era vitoriana.

Em Rapallo, 1929, conversou muito com Ezra Pound como se fôsse um repórter a entrevistá-lo, e em Roma conversou com Pio XI, que lhe recordou o livro sobre São Francisco de Assis... Bernard Shaw criticava em Chesterton esse gosto de ser jornalista. O tempo perdido com **G. K.'s Weekly,** artigos, notas, comentários. Shaw achava que Chesterton devia escrever para o teatro. Escreveu apenas três peças: **Magic, The Surprise, The Judgment of Dr. Johnson.**

Visitou a Espanha em 1935 e morreu aos 62 anos, em 1936, apenas três semanas depois de ter voltado da França. Mas, se fez tantas viagens, como escritor célebre, como conferencista, como participante de reuniões internacionais, as suas maiores viagens foram as de ordem espiritual – até Roma, isto é, à conversão ao catolicismo, de que resultou o seu grande livro **The Everlasting Man, O Homem Eterno,** o testemunho da sua adesão a Roma.

A idéia de liberdade interior domina-lhe a conversão religiosa. Converte-se para se libertar. Mais voltado para a psicologia do que para a apologética, Chesterton ama na Igreja a libertação íntima, a renovação do humano. Quer ser o homem novo, de que fala Paulo Apóstolo. A Igreja de Roma lhe parece compreender os meandros do coração humano e Chesterton é sensível a isto.

Em torno dele, há três pessoas, na crise espiritual, de que emerge a conversão – a esposa, com quem se casara em 1901, anglicana ligada ao movimento de Oxford, ao anglo-catolicismo, Hilaire Belloc, o velho amigo, que escrevera este livro sedutor que é **The Path to Rome,** ilustrado deliciosamente pelo próprio autor, e por fim o padre O' Connor, **last but not least,** o sutil padre em quem se inspira para criar a figura do padre Brown, o detetive imaginário. O modesto sacerdote meio ingênuo, que sabia muito mais e melhor os segredos do submundo londrino do que o mais experimentado policial. Como? Por quê? Por causa da sua experiência das almas. Essa figura contraditória, estranha desajeitada, guarda-chuva perene no braço, aparece em quase meia centena de contos, que enchem vários volumes. A inocência, a incredulidade, a sabedoria do padre Brown, o instinto misterioso e infalível, a percepção do humano.

Dos amigos de Chesterton e também grandes escritores se convertem então ao catolicismo: Maurice Baring, Ronald Knox. Depois de católico, Chesterton escreverá o admirável prefácio ao livro de Fulton Sheen, **God and Intelligence,** de 1925, e o dois ensaios sobre São Francisco de Assis e Santo Tomás de Aquino.

Manterá sempre relações pessoais com Bernard Shaw e H. G. Wells. São duas duplas antagônicas e inglesas – Chesterton e Belloc, de um lado, e Shaw e Wells, de outro. Houve, aliás, na história das idéias na Inglaterra, três duplas católicas famosas – Newman e Manning, no século XIX, Chesterton e Belloc, na primeira metade do século XX, e Ewelyn Waugh e Graham Greene, os dois romancistas católicos ingleses.

Aliás, precedidas no século XVI pela dupla sacrificada de Thomas Beckett e Thomas Morus. Thomas Morus morreu em 1935. Durante três séculos, o catolicismo na Inglaterra não dera uma grande figura... A conversão de John Henry Newman, em outubro de 1845, na mesma época em que Renan deixa Saint Sulpice para não mais voltar, marcou o retorno do catolicismo à paisagem cultural inglesa.

Do fundo do século XVI, a sombra tão dramática desse humanista, beatificado e, depois, canonizado, em 1935, surge como um apelo de fogo – Thomas Morus, o mártir da liberdade, o humanista humorista. Chesterton é uma espécie de continuador dele.

O distributismo social é a forma do seu humanismo. Quer uma civilização à medida do homem. Distributista, porque ama a pequenez e, como Jacques Maritain, crê na eficácia dos meios temporais pobres. Sim, acredita na pequenez e no humano, aceita as coisas simples e admite a grandeza da normalidade. Ou do cotidiano.

Daí, a sua sedução dos cinquenta anos por Francisco e Tomás. Chesterton foi um tomista e um franciscano. O fim da sua bela vida – de romântico – será dominado pelo espírito franciscano e pelo espírito tomista. A inteligência chestertoniana, que amava o paradoxo como uma libertação do lugar-comum, e o seu vivo amor à alegria se deixaram cativar pelas **Fioretti.** E seu heroísmo da cotidianidade. Mas o malabarista do bom senso também se deixou enternecer pelo gordo Tomás. Foi a simplicidade do tomismo que cativou o humorista inglês.

A serena submissão ao real, a objetividade, a modesta fidelidade à natureza das coisas, numa palavra só – a humildade.

O humorista percebeu a mesma escondida verdade ou a mesma paradoxal pequenez nos dois santos, o trovador e o teólogo. "Passei a vida estudando Santo Tomás e não poderia escrever um livro como este," disse Etienne Gilson do ensaio de Chesterton sobre Tomás de Aquino.

Chesterton nos deixou quatro grandes livros, num conjunto de mais de oitenta: **Ortodoxia, A Esfera e a Cruz,** os estudos sobre Francisco e Tomás. Foi um autor prolífico. **O Homem Eterno** seria talvez o quinto de seus livros pela significação ou importância. Escreveu poemas, peças, artigos, ensaios, contos, romances, meditações sobre o homem e o mundo. Há em tudo que nos deixou um quê de virginal, o mistério da infância, o espírito de integridade e surpresa.

O que há de fascinante e comovedor em Gilbert Keith Chesterton é a sua profunda fidelidade ao espírito de infância.

Há nas suas polêmicas mais violentas, na sua prosa irônica, nos seus instantes de paradoxo, de um cruzado moderno, exigente e arguto, aquela espécie de inocência ou candura, que o preserva do envelhecimento.

Estudando Charles Dickens, William Blake ou Robert Browning, será sempre o crítico humano, voltado para o coração, a sensibilidade, a fluidez psicológica. Sua amizade a Hilaire Belloc é uma das páginas mais emocionantes da história literária inglesa. Shaw cunhará a expressão famosa: **Chesterbelloc...**

Não foi um puritano. Esse fino cidadão de Londres amou a vida. Um ser lúcido e sutil, capaz de alegrar-se com a existência da mais mínima realidade concreta. Gostava de conversar. Gostava de beber. Gostava de viajar. Gostava de discutir. Foi um bom parceiro. Um espírito fiel às coisas mais simples da vida. Humor e alegria, eis os pólos desse escritor paradoxal, que foi um dissociador de idéias. Chesterton foi um polemista sadio. Passou a vida a esgrimir. Sutil, complexo, mas nunca malicioso. Guardou sempre uma espécie de pureza. Espírito de infância, alegria de viver, uma visão primeira das coisas, que é a visão das crianças, uma integridade. Morreu, sem sofrer, na plenitude do destino, a 14 de junho de 1936. Nascera a 29 de maio de 1874. Gordo e brincalhão, apologeta **sui generis,** amou de fato a aventura da vida. Suas alocuções pela BBC eram propriamente uma delícia.

UM ARAUTO DA LIBERDADE

REYNALDO BAIRÃO

É sintomático. No Brasil, com raríssimas exceções, o intelectual após atingir a maturidade – aliás, quando a atinge... – entra no inevitável período de declínio, a que nos habituamos chamar de **gagaísmo,** época em que cessa de criar e, o que é bem pior, de concatenar direito as suas idéias sobre os mais banais assuntos. Felizmente com Alceu Amoroso Lima deu-se exatamente o contrario. Quanto mais velho fica o nosso Tristão de Ataíde – conta atualmente quase 81 anos de idade – mais jovem e lúcido fica ele, num contínuo e espantoso processo de renovação, prosseguindo, através da imprensa e de seus livros magníficos, a divulgar seu crescente humanismo e a perseguir, através de sua busca persistente em vários campos do conhecimento humano, os mais profundos, ítens da condição humana, especialmente a liberdade, de que se tornou, aqui entre nós, o seu mais exigente e mais acirrado defensor.

Sob este aspecto, Alceu Amoroso Lima é, hoje em dia, em todo o País, a mais importante e vertical figura da vida cultural brasileira e, sem favor algum, o exemplo mais vivo para a nossa juventude – afinal de contas de os nossos homens de amanhã, em que pese o lugar-comum. Crítico admirável do Movimento Modernista Brasileiro, cujas séries dos **Estudos** muito contribuiram para a formação de um novo estado de espírito coletivo e criativo nos quatro pontos cardiais do Brasil; intelectual participante, a partir de 1928, quando de sua conversão ao catolicismo, do movimento religioso brasileiro e, mesmo, internacional; jornalista atuante que sempre focalizou nossos movimentos culturais e políticos frontalmente, desde a Revolução de 30, passando pela Ação Integralista, pela Aliança Nacional Libertadora, até focar com visão de mestre o Estado Novo getulista; tendo passado em revista aspectos da nossa democracia entre 1945 e 1964; e, finalmente, fazendo o **approach** das decorrências da revolução de 64 e suas conseqüências até agora na vida pública nacional – Alceu Amoroso Lima sempre tem sido o mesmo homem íntegro, honestíssimo, dono de uma estupefaciente **coragem cívica,** "fundada no alicerce da sua autoridade intelectual e sobretudo na sua autoridade moral", segundo acertadas palavras de Max da Costa Santos. Se como ser humano Tristão é suave e moderado, simultaneamente ele é "um enérgico e inflexível defensor dos valores do humanismo", com o que tem pautado toda a sua vida e, de modo especialíssimo, este seu estágio atual de uma invulgar maturidade.

Neste seu último livro, por exemplo, **Em Busca da Liberdade,** lançado pela Editora Paz e Terra há menos de um mês, vamos encontrá-lo novamente às voltas com seus velhos temas tão queridos, ainda que tratando-os de um modo inteiramente novo como, aliás, o estão exigindo o momento e a situação que o País atravessa. As crônicas que compõem o volume de 1967 a 1973 e abarcam os múltiplos aspectos da nossa vida pública, assim como os da vida política internacional. Se de um lado ele se manifesta com o desassombro que lhe é peculiar sobre a insegurança nacional, sobre os sindicatos e as uniões proletárias, sobre o medo da liberdade, sobre a nova **Questão Religiosa,** sobre o estudante e a subversão, sobre a vitória da violência, sobre uma possível volta à República Velha (onde acrescenta que a "História não respeita os que apagam os seus próprios passos"), sobre o assassinato do jovem sacerdote pernambucano Antônio Henrique Pereira Neto, sobre a ausência de uma imprensa de oposição atualmente entre nós, sobre a liberdade de expressão que tem sido cerceada aos escritores não só daqui mas de vários países do mundo (Kuznetsov, por exemplo), por outro é ainda a tônica **liberdade** a sua **constante** maior, "pois não basta morrer. É preciso saber pelo que se morre. (Pois) se todos os mortos, mesmo os mais errados, são dignos de respeito, nem todas as mortes se justificam. E mais vale viver por um ideal certo do que morrer por um ideal errado. Há por vezes mais heroísmo em preparar na sombra a revolução do espírito pelo espírito do que empunhar uma arma numa guerrilha ambígua". E acrescenta Alceu Amoroso Lima, dirigindo-se à juventude, sempre insofrida, sedenta de liberdade e luta:"Esse terceiro mundo do espírito, tão difícil de ser entendido pela impaciência dos jovens, é entretanto o que eles têm de entender e de praticar se quiserem ser autênticos revolucionários e autênticos testemunhos do Espírito".

Alceu Amoroso Lima

Quanta lucidez! Sem dúvida é essa capacidade de compreensão o que mais admiramos no autor de **Pelo Humanismo Ameaçado.** Aliás, é sempre apoiado naquilo que ele cognomina **o nosso temperamento individual e a nossa tradição histórica** o que Tristão de Ataíde procura, de forma contundente e direta, senão informativa, abordar tanto na problemática dos nossos estudantes, hoje tão divorciados do Governo, como na dos nossos trabalhadores urbanos e rurais, as verdadeiras forças energéticas do País que são desprezadas senão perseguidas. Se, no entanto, faz a abordagem ao panorama internacional, ao "fim do mito Guevara", por exemplo, vemos o escritor ir também ao âmago da questão e considerar "a Paz e a Inteligência, e não a Guerra e a Violência, como os autênticos processos de arrancar dois terços da humanidade à fome, à miséria e à alienação da liberdade". Para ele, incapaz de um só momento de não lucidez, "o sentido da morte dos heróis e dos santos é precisamente o de que o sofrimento e a morte têm um sentido. De que mais vale morrer por uma causa justa, mesmo por processos de violência condenável, do que pactuar com os defensores da pior das violências, a que se mascara de paz, de legalidade ou de democracia, para perpetuar uma ordem social iníqua".

Há nos últimos anos de vida intelectual de Alceu Amoroso Lima uma profunda tristeza, ainda que meio disfarçada pelo que apontamos como sendo a sua lucidez e a coragem que tem de dizer sempre a palavra certa, de lançar sempre a todos os quadrantes a denúncia precisa contra todo um estado de coisas erradas: "Vamos sentindo uma repugnância tal pelo espetáculo da maldade e da injustiça, que não chegamos a compreender que a flor da natureza humana, a liberdade, possa abrigar tanta degradação".

Deus escreve direito por linhas tortas e "só Deus é simples" adverte o querido mestre, como se fosse uma provação. E já que a liberdade é o centro que devemos atingir com o peito aberto ao vento, precisamos saber também que "para nos libertarmos, devemos nos submeter. Para termos paz, devemos aceitar a luta. Para compreendermos o valor das coisas simples, devemos atravessar o labirinto das coisas complicadas. Para chegarmos a Deus, temos de passar por suas criaturas".

Cartas

Petróleo

Estou acompanhando com vivo interesse os primeiros números de **Critica.** Vislumbro no pronunciamento sobre o petróleo a defesa em intensidade da lei 2.004, lastreada que foi com o sangue nas lutas de "o petróleo é nosso". Na Câmara estarei ao seu inteiro dispor para ler qualquer mensagem de **Critica** ao povo brasileiro.

Os dois pronunciamentos em anexo marcam uma posição. Peço o acolhimento para o último, na certeza de que **Critica** possa transportá-lo além dos limites da Câmara dos Deputados.

Meu caro Mello Mourão, tenha a certeza de minha admiração e estima

FLORIM FERREIRA COUTINHO

Deputado Federal

Qualidade

Parabéns pelo saber "criticar". Parabéns pela qualidade desse jornal que pretende mudar toda uma imprensa de xaropada e puxa-saco deste Brasil.

JOSÉ ANTONIO MENESES DE CASTRO

Ubá – Minas

Marca registrada

Assumi esta semana o setor de planificação e redação da Publicidade Certa e peço ao amigo que inclua meu nome na "mail list" da **Critica.** E parabéns pelo primeiro número. O editorial tem marca registrada. Como meu avô lá de Camocim dizia, "esse pessoal do Ceará não tem jeito..."

ANTONIO OSEAS

Rio – GB

Parabéns § colaboração

Foi com satisfação que recebemos o lançamento desse jornal de circulação semanal. Como apreciadores de tudo que se faz atualmente em termos da verdadeira e pura comunicação – não só no Brasil como em todo o mundo – nos demos por satisfeitos ao ler o primeiro número dessa revista-jornal de belo feitio e clamorosa lealdade diante dos fatos.

Longe de qualquer interesse comercial, pois nosso objetivo é o de apenas expor nossa arte livremente, estamos a nos propor como colaboradores, enviando sempre nossos trabalhos. E isso por sabermos que, lançando-os em livro, iríamos nos expor a ter que contemplá-lo envelhecendo nas estantes das livrarias da cidade, porque os habitantes desta terra ainda não aprenderam a valorizar o que é nosso. Não que devamos ter uma deformação regionalista, mas devemos voltar as vistas para o que se produz de válido numa terra em que os artistas, de um modo geral, demonstram uma força criativa muito grande, que vai sendo comprimida à medida que o tempo vai passando, por pessoas que preferem a permanência de nossa cidade na mais completa ignorância artística e cultural.

E não é isso, de forma alguma, o fim que queremos para nossa arte, daí tomarmos a liberdade de escrever e enviar algumas colaborações literárias para que sejam submetidas a apreciação e, se possível, publicação dos mesmos.

FLORIANO MARTINS JR. e

RICARDO ALCANTARA WE

Fortaleza – Ceará

Palavra reclamada

Parabéns pelo lançamento de **Critica,** palavra reclamada por nosso emudecido povo.

DEMOSTENES GONZALES

Porto Alegre – RGS

Vai ficar

Mando-lhe os melhores cumprimentos pelo lançamento de **Critica,** que estava sendo reclamada pelo público brasileiro. O jornal nasceu forte e vai ficar.

JOSÉ CAMPOMIZZI FILHO

Promotor de Justiça

Ubá – Minas

Integração maior

Um jornal brasileiro nunca é "inteiro". Se é rico, grande, tem recursos para fazer boas reportagens-denúncia e mantém o leitor com uma informação diária-global dos acontecimentos do País. Estes dois itens, eu considero opções dos donos da empresa e um grande serviço prestado ao povo. Já o jornal pequeno, independente, corajoso, objetivo em suas informações e análises, honesto, está preso à forma e estilo e confinado ao pequeno público com um nível maior de informação.

Há o jornal ainda menor, defensor intransigente e histórico de nossas riquezas e soberania nacional, prudente nas críticas mas imprudente no descaso pela luta em favor das liberdades individuais tão carecidas pelo nosso mundo de hoje.

Aí a gente compra "Critica", que também não é inteiro porque inteira é a imprensa, como um todo, mas que está a serviço de uma integração maior do homem brasileiro através do jornalismo, um jornalistano que procura transmitir sua vivência na informação e na cultura adquirida em contato direto com o povo, e faz então um jornalismo verdadeiramente informativo porque critico.

FAUSTO A. BARREIRA

São Paulo – SP

Verdade com segurança

Felizmente temos um jornal que fala a verdade com segurança. Que continue como o número um que está realmente maravilhoso, destacando-se os artigos de mestre Sebastião Nery, Sérgio Macedo, Newton Carlos, sem desmerecer os demais jornalistas que também são maravilhosos e estão no caminho certo de uma fama honrosa. Ao adolecente cinqüentão Geraldo de Mello Mourão os nossos cumprimentos, que sabemos estenderá a todos que pertencem ao jovem adulto jornal **Critica.**

RICARDO NACIF NJAIM

Ubá – Minas

Nejar : quilômetros de pássaros e poesia

O livro de Carlos Nejar **Casa dos Arreios** é precedido de um erudito trabalho de crítica, assinado pela senhora Nelly Novaes Coelho, que lhe estuda exaustivamente a poesia em toda a sua trajetória, isto é, do seu primeiro livro (1960) a esse que agora comentamos.

O ensaio da senhora Novaes Coelho além de ser de excepcional justeza, penetração, inteligência e compreensão profunda é também um bom ensaio.

Assim, quem se propõe escrever sobre essa nova obra de Carlos Nejar, diante do estudo de fôlego, começa por sentir uma certa dispnéia. Como intentar qualquer curta, humilde consideração se tudo já está dito com percuciente visão crítica em trinta e nove páginas que são só acertos?

Consola-nos uma frase de Valéry a Alain: "Meus versos têm o sentido que se lhes empresta". Buscando arrimo nessas palavras, tentaremos, embora em tom menor, dar uma breve notícia sobre a impressão que nos fez a visita a essa **Casa dos Arreios.**

Vem de longe a convivência de Nejar com a poesia. Esse à vontade, essa leveza de evolução dentro de um mundo só de eleitos, é fruto de uma entrega definitiva, de uma dedicação total à sua arte em que se vem elevando dentro da poesia brasileira para alcançar agora lugar ainda mais alto na escala da nossa admiração.

Nejar pratica uma poesia imediata, viva, carnal, pulsando dentro do humano, do existente. No entanto, essa poesia que acreditamos nascer de uma sensibilidade aguçada e selvagem só nos é dada depois de um lento trabalho de depuração que lhe elimina qualquer aspereza ou exagero, trazendo-nos uma angústia domada que flutua no surdo rumor do sangue, viajando já de volta ao coração do poeta.

Desarmado diante da vida (os poetas gostam de nos fazer crer que são mais inermes que nós outros, comuns mortais), declara: "Nada retirei dos arsenais/ a não ser / por meu mal / este revólver/ sem balas,/ calibre de horas/ padecidas/ e um coldre de ambições".

Mas, desarmado ou não, Nejar maneja com mestria o mistério do amor e seus meandros longos. Faz do amor o centro de sua emoção. Amor em esplendor e plenitude ou maltratado, moído, submetido, é sempre o amor que decide essa poesia: "Amor, deuses teceram teu governo/ no eito de ganhar e de perder./ Amor, sim, cada povo devastado,/ cada líquen. Tão curto é teu chamado / que levado a teu reino nada sou./ Amor que a todos mói no mesmo intento/ e o favo do silêncio transtornou."

Numa poesia que investiga incansavelmente a possibilidade de dar sentido à vida, só amor transparece como resposta, só o amor tem força bastante para justificar nossa existência e confirmar a possibilidade da hipótese de viver. Assim, nesses versos de força camoniana, é ainda o amor que sopra e aviva a raiz da chama e põe de pé o poema: "Amor, cobrado/ dia a dia,/ forjado na oficina/ do pranto,/ aceito no amanho do canto/ que nele sempre mais/ eu vou descendo. Amor, cujo rebanho/ eu apascento/ no ar de meus cuidados/ e vielas".

Consciente de que a poesia é dádiva retomada, incorpora-se às vivências históricas da língua, através dessa "onda que vai e vem com o vento", levando nessa "Aproximação" sua lembrança pessoal: "Como poder então pensar na morte,/ se quando penso,/ ela é mais forte/ que o pensamento/ de eu a estar vivendo?".

Dominando todos os processos poéticos, Nejar sabe lançar imagens de coisas visíveis, quase palpáveis:....."junto às árvores, o ar/ sem alvará/ para morar na vida". É uma lufada de branco iluminando o espaço desse livro.

O poeta Manoel de Barros, cuja **Matéria de Poesia** comentamos recentemente, proclamou a serventia das mais íntimas coisas na feitura de um poema. Sim, tudo serve para a poesia, até mesmo a geringonça jurídica de que Nejar lança mão, denunciando, salvo engano, sua profissão de advogado ou juiz.

Há grande quantidade de palavras ou expressões como "colendo tribunal", "ementário", "ações ordinárias", "atas", "assentada", "arras" etc. mas, por incrível que pareça, a poesia devorou a coisarada leguleia, digeriu, assimilou e até aproveitou. Nem se lhe nota qualquer sinal de envenenamento ou simples indisgestão. É prodigioso: a palha seca das palavras forenses Nejar a transforma de tal modo que acaba por servir nessa meditação profunda sobre a nossa humana e desvairada condição.

Assim cresce esse poeta, "abotoado pelos hábitos, abotoado pelos dias", mas sempre ....."um homem/capaz de resistir/em cada traço/com fôlego/ e quilômetros/de pássaros.

CASA DOS ARREIOS, Carlos Nejar – 103 pgs.
Editora Globo/MEC – Porto Alegre, 1973

ISMAEL CARDIM

Um romance de ação com a ação negada

É realmente importante a coincidência de uma citação: uma vez por Malcolm Lowry e outra vez por Heidegger. O primeiro, no seu fascinante romance **Under the Volcano,** põe como epígrafe graves palavras sobre o homem, sobre a condição humana do homem, ditas na **Antigona** de Sófocles: o homem é a maior maravilha da natureza; desafia e vence o mar e suas tormentas; fere e domina a anciã deusa Terra; rende todos os animais das águas e da terra e do ar; pela linguagem tem o pensamento, mais veloz que o vento; vence o gelo e a chuva e a doença; porém de um só mal não escapa, da Morte. Esta mesma citação, traduzida através de novas conotações filológicas, é a base das conferências de Heidegger recolhidas com o título geral **"Que é o pensar".**

E por que esta estranha coincidência no tempo, se não houvesse uma mesma base uma mesma linha de pensamento sobre a condição existencial do homem? A contemporaneidade do romancista e do filósofo não se dá, só, cronologicamente. Ambos, filósofo e romancista, estão submersos numa problemática que põe em pauta em outra perspectiva as dimensões humanas do homem e sua caducidade, pela morte, em função de sua mesma condição ontológica.

Não é exagerado dizer que **Under the Volcano** é um dos mais importantes romances de nosso tempo, por sua estrutura, por seu conteúdo, por sua participação maior que seu simples enredo e pelo intenso sabor vital que deixa sua leitura.

É simples sua temática: a paixão e morte de um protagonista, o Cônsul, numa cidade mexicana – Quauhnáhuac – no Dia dos Mortos. Preciso é que se diga a significação profunda deste telão de fundo mexicano, a celebração da morte, que é um estado de alma, é a ascenção de uma grandeza pelo humano perecível e que se dá, eroticamente, na Festa.

O Cônsul é um ébrio permanente que, como diz Stephen Spender, sente que em nosso tempo o preço que deve ser pago para ser totalmente é a solidão e, neste sentido, **Under the Volcano** é em romance sobre a ação, ou melhor, sobre a ação negada. Não é a paralise dos fatos mas é a imobilidade espiritual junto ao outro. O Cônsul está com sua mulher – Ivone – e seu meio irmão Hugh; os dois querem salvá-lo, resgatá-lo do deserto da solidão mas, em verdade, as pontes não são levantadas. O Cônsul, de bebida em bebida, arrastando a nostalgia de um paraíso, deverá consumar sua paixão e morrer, como sacrificado, no Dia dos Mortos, ao compasso da Festa.

A significação formal de **Under de Volcano** deve-se destacar porque é parte indivisível de sua significação intelectual. É como guião cinematográfico – um racconto ou flash-back – onde os fatos não se situam linearmente no sentido do tempo. É outra a simultaneidade temporal e os mesmos fatos – sem obedecer a seu aparecimento – se juntam ou se separam num antes ou depois subjetivos. Como atmosfera, com o recurso da paisagem e das forças naturais, o escritor Lowry se equipara aos grandes romancistas do século. Joyce entre eles. É de forma sutil, quase não nomeado mas o leitor se encontra – assim e México – que não há separação, que a linha é tão delgada que desaparece entre o humano e a natureza. Talves o mezcal seja o vínculo de união, o elo entre homem-natureza e natureza vital. O Cônsul é o transeunte lúcido, lúcido em constante busca de ebriedade, na sua marcha pelo labirinto.

Há algo necessário dizer sobre a pessoa Malcolm Lowry. Sua criação intelectual não é gratuita, alheia à forma e conteúdo. Joyce, valha o exemplo, poderia criar em mundo e se colocar objetivamente frente a ele. Em Lowry, a obra e indivisível do trânsito autobiográfico. Nela se engaja, se dá inteiro, sua vida se torna módulo de sua interpretação. Avalie-se a história desta obra: primeiro foi um conto, escrito em 1936, com o protagonista central, o Cônsul sendo que Hugh e Ivone eram filho e noiva respectivamente; depois foi o romance estruturado com outra linha de parentesco; o manuscrito inicial perdeu-se e foi recomposto nos momentos de sobriedade do autor. Em conto e romance o tema é o mesmo, o itinerário até a morte do Cônsul, e também são as mesmas as relações místicas estabelecidas com as coisas circundantes e com os fatos. O itinerário do Cônsul poderia ser semelhante, do ponto de vista formal, ao itinerário de Bloom, em Ulyses, mas, intrinsicamente, é muito diferente a situação relativa do herói de Lowry com seu meio. Numa pesquisa interpretativa em profundidade, surgiram as influências de Dante até Eliot, sem deixar Baudelaire, Dostoiewski ou o memo Rimbaud; se a pesquisa nos revelar uma religiosidade imanente, essa religiosidade participaria da Biblia, do Zembudismo e da mesma mítica mexicana. É interessante anotar, de passagem, a atração que o mistério mexicano teve, neste século, em escritores com Lawrence, Arthaud e Lowry.

O importante é que hoje sabemos que **Under the Volcano** é uma obra de um gênio, trágica e patética, e que nela – a obra – como no Cônsul, está viva a paixão e morte de Malcolm Lowry.

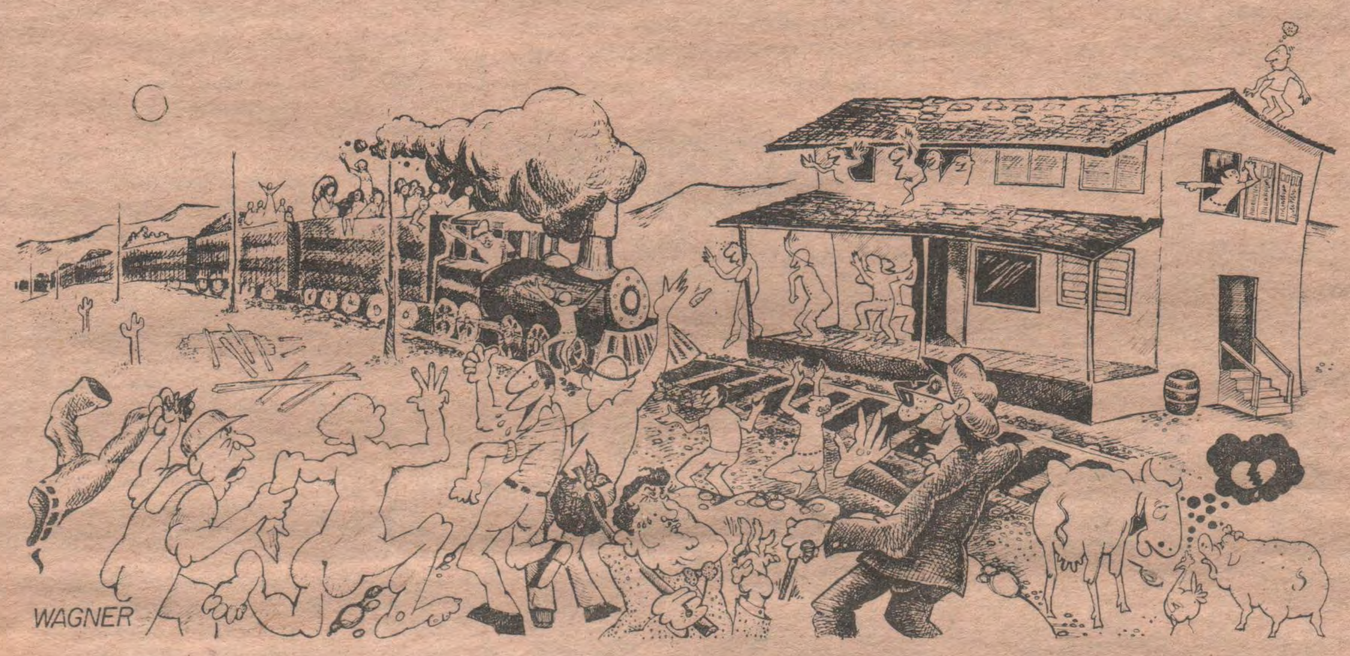
EFRAIM TOMAS BÓ

UMA QUESTÃO DE SERVIÇO

(Verdadeira história de Pascoal Gadanho)

ADROALDO JUNQUEIRA AYRES

A história contada por Adroaldo Junqueira Ayres poderia ser típica da picaresca do far-west na literatura norte-americana, mas ocorreu mesmo no Brasil. O autor, antes de ocupar os mais altos cargos da administração pública – foi presidente do Conselho Nacional do Petróleo e ministro da Justiça – trabalhou como engenheiro, abrindo caminhos no sertão áspero e construindo estradas-de-ferro pioneiras na região do Nordeste. Na caatinga semeada de cangaceiros, de volantes, de jagunços do Padre Cícero e de revoltosos da Coluna Prestes, Junqueira Ayres, um dos homens mais inteligentes e sensíveis deste país, plantou canteiros de obras e viveu episódios reais que merecem ficar incorporadas à história do desbravamento do Brasil. A de Pascoal Gadanho, escrita nos anos 20, é uma delas, e revela bem o espírito e o estilo da época.



Conheci Pascoal Gadanho (Pascoal Quaresma Alves Gadanho, como assinava sempre por extenso) no Baixão, no Piauí.

Era troncudo, meão de altura, tisnado. Tinha o trato serviçal e afável, mas circunspecto e sentencioso, com um vinco de convicção e seriedade numa testa curta, mordida pelo sobrolho invarialvelmente atento.

Trabalhava para importante firma empreiteira de construção a do trecho da Serra dos Dois Irmãos, na Petrolina – Terezina. Exercia o posto mais graduado no escritório, uma espécie de chefe das contas e despesas e fiscal dos gastos, com funções, ainda, de ajudante geral para todos os serviços e providências. Um funcionário prodigioso. De exemplar atividade e correção. Gozava, merecidamente, da confiança total dos seus chefes e patrões.

Os lazeres do árduo cargo que desempenhava, dedicava-os ao lar e à família. Era um verdadeiro exemplo de esposo e de pai. Casara numa das melhores famílias de Petrolina, das mais entrelaçadas e aparentadas na redondeza, os Pimentas, gente honrada e respeitada, severa, dos princípios sertanejos.

No Baixão, arraial de aventureiros irrequietos e de população de má fama, Pascal Gadanho era apontado a dedo. Desde Petrolina falava-se que não havia marido igual. O tipo do meco. Não saía da roda de Mme. Gadanho, D. Zinhazinha Gadanho, como era conhecida. Jamais punha o pé fora de casa de noite, salvo para um caso urgente de serviço. Aquilo é que era marido! Nunca a maledicência, verdadeiramente erótica, dos pequenos burgos do interior, pudera descobrir um desvio duvidoso na sua conduta. Vivia para a mulher e para o trabalho.

Gadanho era, de fato, um rapaz morigeradíssimo, de costumes escrupulosos e educação austera, filho de padre, rezador renitente, caróla até o sabugo das unhas, sacristão famoso de missas de festa, caráter esplêndido, herdado do pai, o Mons. Tristão Picanço Alves Gadanho, fervoroso pastor sertanejo, que recusará um bispado havia tempos.

Fora assim desde novo.

Até no físico mostrava, humanamente, uma ligeira giba de devoção e boa consciência.

Ora, aconteceu que no requeimado deserto da Serra dos Dois Irmãos não havia meio de fixar o pessoal da construção, mandado vir de longe, de S. Raimundo Nonato, S. João do Piauí, de Jaicós, de Remanso e Pilão Arcado, das margens do S. Francisco e dos rincões do Canindé e do Parnaíba, à custa de grandes sacrifícios. Não parava gente. Os empreiteiros tudo faziam para estabilizar e prender os quatro a cinco mil homens necessários ao serviço e que chegavam, com altas despesas, com levas constantes. Barracões sortidos, fornecimentos adiantados, medidas sumárias contra os que fugiam devendo aos armazéns, tarefas dadas agenciadores e chefetes de cabras, salários maiores, – nada resolvia o problema e continha a irremediável evasão de gente que desorganizava e prejudicava o trabalho.

Um dos empreiteiros, sutil e arguto homem, versado aventureiro ferroviário, esgravatou na testa aduncа e solerte uma idéia salvadora e de gênio. Despacharam-se prontamente camaradas de confiança para Remanso, Lapa, Barra, Xiquexique e outros reputados centros do S. Francisco atrás do elemento indispensável à felicidade, à conservação e à permanência do operariado da estrada. A providência era onerosa, mas eficaz e urgente. O mulherio, recrutado nas rampas de S. Francisco, começou a movimentar-se e deveria estar preparado para o embarque em datas e lotes determinados, conforme a ordem dos diversos postos e escalas do importante cruzeiros, para o qual uma grande barca fora fretada.

Eis que surgem de repente dificuldades e embaraços insuperáveis. Os camaradas telegrafaram pedindo mais dinheiro. Alguns sumiam. Mulheres, a tanto por cabeça, baixavam a todo momento de número e, no fim, não se sabia de mais nenhuma. Havia um vaivém de portadores entre o Baixão e Petrolina, com telegramas e más noticias. Mandaram-se ordens aos comerciantes conhecidos nas diversas localidades. A empresa, afinal, ameaçava completo fracasso, desmoralização e escândalo.

Neste passo difícil, os empreiteiros apelaram para Gadanho. Não era ele o empregado de maior categoria, o auxiliar de toda confiança, que estava a par dos negócios da firma e da estrada, inclusive da malfadada aventura em prol do pessoal necessitado, – pessoa conhecida e conceituada em toda a zona? Tratava-se de uma incumbência que o serviço exigia e impunha. Ele tinha de consertar a situação, partir com rapidez no lugar dos seus chefes e como se fosse um deles – e, lançando mão de todos os recursos, agindo com a maior discrição, eficiência e presteza, promover o salvamento da preciosa mercadoria.

Pascoal Gadanho correspondeu nobremente ao apêlo e viajou na mesma noite. Alinhavou à mulher razões de Estado e ficou de tudo explicar à sua volta.

Tão bem e com tal galhardia se houve da benemérita missão que um mês depois atracava no porto de Petrolina, um pouco acima da cidade, a imponente barca da fartura e do apaziguamento. Não faltava um calibroso ramo de oliveira nos mastros e grossas pombas de papel embandeiraram a coberta.

A carga – mais ou menos 80 mulheres, enxutas, manteúdas, regularmente escolhidas e aptas aos fins a que se destinavam – desembarcou sem incidentes. No dia seguinte, quatro caminhões, sob o austero comando de Gadanho, faziam-se de rumo ao Baixão pela precária estrada de trinta léguas através da inóspita caatinga. Três dias, depois, finalmente, o pão nosso do operariado atingia o seu destino, sob estrondosos festejos e bençãos.

Gadanho prestou contas exemplares. Conseguira mesmo salvar as despesas de expedições já tidas por absolutamente perdidas e reter o dinheiro de alguns camaradas que visavam a fuga. Toda a carga chegara, além disso, sem avarias e sem encrencas, em excelentes condições e precisando apenas de ligeiro asseio para a entrega ao consumo. O corretíssimo empregado salvara a situação e removera o impasse existente na marcha da via férrea.

Eis senão quando estalam, tempestuosamente, em Petrolina, Joazeiro, na linha e por toda a redondeza, os comentários mais escandalosos e mais acres. Gadanho, no caminhão capitânea, puxava 80 mulheres! Barba Azul! Indecente! Descarado! Um escândalo espantoso! Com pormenores escabrosíssimos!

A família de Gadanho, visada e espicaçada pela maledicência geral, formou uma crise tremenda. D. Sinhazinha tocou para a casa dos pais em Petrolina, com filhos e trens. O velho Quintino Pimenta esbravejou furioso e indignado e a mulher, D. Xixica, passou a descompor regularmente o desgraçado genro em todas as portas, depois da missa matutrina e, às vésperas, na própria igreja.

Satisfeitos e orgulhosos com o inestimável serviço do precioso empregado, os empreiteiros tentavam em vão demover Mme. Gadanho, explicar o caso às respeitáveis famílias Pimenta e Alves Gadanho, estancar, de qualquer modo, o fragoroso incidente.

Gadanho, corrido e escorraçado como uma fera solta, fez milhares de promessas, jurou pra burro, rojou-se de humilhações A giba devota já parecia uma corcova de bruto. Até a sua postura vergada e soturna de símio exausto, dava lugar a dichotes e alusões ferinas. O sogro não queria vê-lo e D. Xixica, ardente defensora da dignidade do sexo, cobria-o de baldões e esconjúros, como boa cristã.

Um dia Gadanho anunciou-se no escritório da Comissão do Governo. Queria falar ao engenheiro-chefe. Objeto de serviço. Atendi-o, não sem reserva e malícia, pois também eu havia estranhado, talvez com precipitação e leviandade, a sua singular aventura.

Gadanho, porém, colocou o seu caso em termos diretos e explícitos, como um verdadeiro assunto de serviço. Não pude deixar de sorrir de início, com disfarce, mas Gadanho, sisudo avisado e austero, cortou-me o riso da boca e mostrou, com irreplicável clareza, a situação dentro estritamente da qual desempenhara os encargos confiados à sua dedicação. Nem por outros motivos procurara o engenheiro-chefe na sede da Comissão do Governo. E resumiu em decisivas palavras:

– Eu estava em missão oficial. No exercício do meu cargo. Uma questão de atribuições. De representação e hierarquia. O que fiz foi pelo serviço. Cumpri com o meu dever. Não podia faltar.

Interessado e atento, cheguei, cautelosamente, mais junto de Gadanho e compreendi de golpe a intensidade agitada do seu drama, a trama de oposições daquele conflito, onde o dever público sobrelevou a tradição conjugal e as imposições urgentes e irremediáveis da função suplantaram o circunspecto decoro familiar.

Dei razão ao fidelíssimo empregado. Objetei-lhe, todavia, quando confessou, sem rodeios, que fora obrigado a assistir e tratar mais minudentemente e ter mais perto, sob as vistas, certa parte da mercadoria e as melhores peças do lote. Viagem muito longa. Desconforto e mudança brusca de regime. Constantes casos de falta de ar e estômago vazio. Houve que instalar na barca uma enfermaria improvisada, à moda de tenda junto do mastro. Gadanho não podia deixar de prestar, em pessoa, o indicado socorro, embora com sacrifício de suas forças, pois o mal quase se generalizou. Mas estava em uma missão oficial. Uma questão de serviço. Dentro das horas do expediente. No desempenho do cargo. Cumpria-lhe, de resto, examinar a mercadoria e experimentar o material, adquirido com tantas despesas e precalços.

Tomei a peito defender Gadanho. Ofereci-lhe os documentos e atestados de que necessitasse. Ele estava em missão oficial. Representando os seus chefes, com as insígnias do cargo. No uso de prerrogativas urgentes.

Prontifiquei-me a falar ao coronel Quintino Pimenta. Mandei prevenilo e fui recebido por um conselho de família reunido em sua casa. Expus, com veemência e convicção, em nome dos superiores interesses do serviço, o ponto de vista exemplarmente funcional de Gadanho. Invoquei a saúde combalida do operariado, o escorbuto, a desnutrição, Roma antiga, o rapto das Sabinas, concebido e executado por um outro Gadanho de passado heróico, talvez um antepassado da família Gadanho. Mostrei a estrada de ferro, esperança daqueles sertões, a pique de paralisação e abandono. E que tinha feito, afinal, Gadanho, além do seu estrito dever, com abnegação e bravura? As murmurações e maldades contra Gadanho não passavam de inveja e disputa pelo altruismo pujante de Gadanho. Gadanho, desesperançado da mulher e dos filhos, queria partir, emigrar, já escrevera para uma estação de monta em Goiás, onde tinha um amigo, oferecendo os seus serviços.

Mme. Gadanho foi a primeira a refletir e compreender. Pouco a pouco, as últimas resistências foram quebrando, tal o poder da razão e da verdade! Uma grande justiça se foi fazendo sobre Gadanho. E toda a gente acabou reconhecendo que Gadanho procedera com integral exatidão, superiormente fiel ao seu posto, e que cumprira um verdadeiro dever de Hércules, mantendo de pé, acima das próprias forças, as insígnias do cargo e, erguida e altaneira, a confiança que representava.

Gadanho logo passou a ser mimado e exaltado. A própria D. Xixica, que tanto se encarniçara contra o genro, declarou-se mal informada anteriormente e começou a ver Gadanho com outros olhos e até a citá-lo ao marido. Houve um espécie de solenidade reconciliadora e creio que festividades na Matriz. Gadanho já se ia tornando quasè que um herói regional – mas adoeceu nessa noite.

Gadanho, porém, estava de fato estragadíssimo.

Mas agora, comovida e deslumbrada, a respeitável Família Alves Gadanho, Mme. Gadanho, a parentela entrelaçada de coronéis, vigários e fazendeiros da redondeza, expandia-se de orgulho e sussurrava de convicção:

– Ele estava em missão oficial. Sacrificou-se pelo dever e pelo serviço. Uma questão de hierarquia. Portou-se como um filho desta terra! Um caso de serviço.

Gadanho foi por mais de uma vez operado. Abriram-lhe o corpo em certos lugares. Intervenções dolorosíssimas. Coretes ao comprido, tipo incisão buxo de peixe. Quase o desdobram em dois. Ele o merecia. Sarou, por fim, sob o olhar carinhoso, vigilante e atento da familia.

Curioso e edificante é que até Mme. Gadanho e o piedoso e apostólico Mons. Tristão Picanço Alves Gadanho passaram a partilhar da glória de Gadanho, a gozar e participar da justificativa vaidade dos feitos de Gadanho.

Mme. Gadanho pela excelente forma de Gadanho.

Mons. Picanço Gadanho, o dedicado e fervoroso pastor sertanejo, por uma questão de hereditariedade e tradição.

APRESENTANDO JORGE SANJINES

JOÃO CARLOS RODRIGUES

Dentre todos os cineastas latino-americanos em atividade, o mais brilhante talvez seja atualmente o boliviano Jorge Sanjines, autor de quatro longa-metragens, entre os quais **"A Coragem do Povo"** (1971), exibido na Europa alguns meses atrás com grande sucesso de crítica.

Sanjines nasceu em La Paz em 1936, estudou cinema em Santiago do Chile, e a partir de 1960 dirige grande número de curta metragens. Em 1962, aos 26 anos, é nomeado membro do Conselho Nacional da Cultura da Bolívia. Em 1963, ainda no governo populista de Paz Estensoro, realiza a curta **"Revolução"**, prêmio Joris Ivens no festival de Leipzig do ano seguinte. Em 1965, já no governo Barrientos, é nomeado diretor do Instituto do Cinema Boliviano. Tem 29 anos.

Sanjines dirige então seu primeiro longa-metragem, **"Ukamau"**, estória da vingança de um índio contra o mestiço que violou sua mulher, através da qual apareceria uma constante na sua futura obra: o preconceito racional latente entre a minoria mestiça e a maioria aymará. O governo do general Barrientos não só proibiu o filme por ser "muito negativo", como fechou o instituto e destituiu Sanjines.

É fundado então o grupo Ukamau, que escreveu quatorze roteiros até produzir finalmente **"O Sangue do Condor/Yawar Mallku"** (1969), filme violentíssimo contra o controle de natalidade imposto pelo Peace Corps aos índios. A denúncia de tais métodos, a verdadeira histeria popular que se seguiu, a proibição e posterior liberação de filme, levaram à expulsão do Peace Corps de território boliviano.

Logo a seguir, Sanjines iniciou **"Os Caminhos da Morte"**, sobre a ação do CIA nos sindicatos. O negativo de 70% de filme foi destruído "misteriosamente" nos laboratórios da Alemanha Ocidental...

Finalmente, em 1971, em coprodução com a Tv italiana, dirige o já famoso **"A Coragem do Povo"**.O crítico francês Guy Hennebelle declarou ser "um dos vinte melhores filmes da História do Cinema", mistura inspirada de "neorealismo à italiana, tropicalismo flamejante à brasileira, cinema-direto à canadense, ação à americana, psicologismo à francêsa". O filme se abre sobre um massacre de mineiras acontecido em Catavi em 1942, prossegue entrevistando os sobreviventes, e mostra os incidentes de 1965 e principalmente a famosa "noite de San Juan" em 1967, o maior massacre da já massacrada história boliviana. Dois dias depois de terminado o filme, é deposto o general Tôrres e assume o general Banzer. É o fim de uma era. Sanjines exila-se no Perú.

Lá ele realiza seu último filme, o mais importante filme latino-americano dos últimos oito anos: **"A Nação Clandestina/O Inimigo Principal"** (1972), onde desenvolve sua tese de que as populações índias dos Andes formam uma única nação, oprimida, mas preservada.

Infelizmente, por motivos os mais diversos, o público brasileiro desconhece as melhores obras dos novos cineastas latino-americanos: **"La Hora de los Hornes"** (1970-71) do argentino Fernando Solanas, **"A Terra Prometida"** (1972) do chileno Miguel Littin, **"Memórias do Subdesenvolvimento"** (Cuba-1968) de Tomás Gutierrez Alléa (um dos "dez melhores" da crítica novaiorquina em 1972), **"Los traidores"** (1972) de Lucas Demare (filme peronista contra Perón), e provavelmente não verá **"A Coragem do Povo"** e **"A Nação Clandestina"**.

Azar o nosso. Assim continuamos provincianos em relação aos nossos próprios vizinhos. Até quando?

"A Coragem do Povo", de Jorge Sanjines

NOTAS

Pouco tempo atrás, os participantes do IV Encontro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro aprovaram uma moção, encaminhada ao ministro da Educação e Cultura, Nei Braga. Entre outras coisas, o documento diz que "a ação do poder público no campo cinematográfico teve sempre um caráter paliativo, que além de frustrador, contribuiu para esconder a natureza do verdadeiro problema: nosso mercado cinematográfico é controlado por um comércio que representa os interesses do filme estrangeiro". Mais adiante, que "o governo prepara a fusão da Embrafilme e do INC. Estão, pois, criadas as condições para o Governo Federal executar um plano realista, através do qual, ao findar a atual administração, pelo menos 50% dos filmes exibidos no Brasil sejam brasileiros".

São sugeridas, no documento, algumas providências imediatas:

a) propiciar incentivos para curta-metragens culturais, científicos e educativos, inclusive através de medidas legislativas;

b) impor às emissoras de Tv maior participação de filmes brasileiros;

c) apoiar efetivamente organizações culturais como cinematecas, cine-clubes e escolas de cinema, que atravessam seriíssima crise;

d) considerar o filme brasileiro como patrimônio cultural a artístico a ser preservado e tomar as medidas necessárias para recuperação do acervo cinematográfico do país.

INCENTIVOS E ROTEIROS

Devido a uma série de incentivos governamentais, grande parte dos últimos filmes brasileiros é agora baseada em obras literárias. Aí estão "A Estrela Sobe", baseado em Marques Rebêlo; "Sagarana", de Guimarães Rosa; "Os Condenados", de Oswaldo de Andrade; "Helena", de Machado de Assis; "O Forte", de Adonias Filho, etc.

Nada contra os incentivos, muito menos contra a escolha dos cineastas. Mas aqui pra nós, linguagem cinematográfica não tem quase nada a ver com narrativa literária. Outros recursos, outra sintaxe. E o mais engraçado é que não temos nenhum incentivo especial para autores de roteiros originais, mesmo de altíssima qualidade, e de Plínio Marcos para "A Rainha Diaba" de A. Carlos Fontoura.

Não botemos o carro adiante dos bois. Impossível boas adaptações de obras literárias sem bons roteiristas, com o senso de dramaticidade visual que muitas vezes dispensa o diálogo. Aliás, um mau filme sôbre um bom livro será antes de tudo um mau filme.

CINEMA NA CHINA

O cinema da China Popular é totalmente desconhecido em todo mundo (excetuando a Albânia provavelmente). Lendo num comunicado chinês o título e descrição de três longas-metragens, não admira porque. Eis o títulos e a sinopse: "Nossa Época de Fogo", lutas dos metalúrgicos de Xangai em 1960 contra o boicote imposto pela União Soviética; "Dias Ensolarados", luta dos camponeses em 1956 contra o corrupto diretor de uma cooperativa; "A Montanha dos Pinheiros Verdes", um camponês rico boicota a produção coletiva até ser desmascarado. Não muito animador para o público ocidental

Por isso, mesmo, as autoridades importaram dois filmes de Hollywood para serem dissecados pelos estudantes de cinema: "Tora, Tora, Tora" de Richard Fleischer, sobre o ataque de Pearl Harbour, e, imaginem, "A Noviça Rebelde"! Com esses modelos de cinema, somados à condenação do documentário de Antonioni como "reacionário", mais os títulos acima, parece que o cinema chinês não terá tão cedo um público internacional. O que aliás não é nada demais, pois todas as cinematografias que se prezam visam primordialmente o mercado interno (a não ser alguns abacaxis hollywoodianos).

"Os Condenados" e a liberdade de expressão

ALBERTO SILVA

O terceiro longa-metragem de Zelito Viana é o salto de gato: o criador, ocupado em apresentar uma imagem póstera suficientemente rica, lançou mão de um dos maiores escritores da língua portuguesa, Oswald de Andrade, para adaptar à tela uma de suas obras menos discutidas: Os Condenados.

Da comédia lírica e ingênua (Minha namorada) *ao humor epidérmico e linear (O Doce esporte do sexo), o cineasta não precisou violentar nenhuma de suas visões-chave até então despreocupadamente reconhecidas como úteis ao cinema. Mas Oswald de Andrade, possuidor de uma estética revolucionária e uma concepção ultra-imaginária da existência, colocaria em xeque qualquer um de seus eventuais adaptadores: o roteiro, concebido livremente, necessitaria estar à altura da obra literária; uma pesquisa intensa deveria abranger toda a cosmovisão do escritor; e a própria realização cinematográfica exigiria os "delírios imagísticos" inerentes ao universo romanceado.*
romanceado.

Zelito Viana, partindo das diferenças vitais entre a linguagem narrativa da literatura (a palavra) e a do cinema (a imagem sonora em movimento), convocou especialistas de ambas as matérias e obteve um resultado, no papel (roteiro), considerado inventivo e instigante por estudiosos oswaldianos habituados às adaptações de obras do escritor em todos os campos estéticos.

Da comédia ao drama, o cineasta percorreu uma trilha abreviada mas espinhosa e traiçoeira. Da liberação à repressão, ZV conteve-se, do ridículo/insólito que provoca o riso, à problematização que gera explosões irracionais, manteve uma linha sóbria na orientação geral que seria sua marca registrada desde as primeiras manifestações direcionais.

Zelito Viana devolveu sua câmara à São Paulo antiga e efetuou uma constituição de época pictórica e nostálgica, sem usar gigantescos cenários artificiais e grandiloqüentes efeitos de estúdio. Ao contrário, a cenografia, eficiente, ignora as freqüentes influências hollywoodianas sobre as mentes provincianas, aproveitando faixas da cidade antiga recortadas na metrópole atual e fazendo aí moverem seus personagens.

O olho cinematográfico segue as pessoas na "paulicéia desvairada", realizando permanentes incursões em seu "habitat" magro e paupérrimo: de uma pensão de prostitutas corta para entrar no quarto de um gigolô e daí para seguir um jovem apaixonado disputando o amor de uma mulher que sonha com o cabaré e seus tangos antigos.

A atmosfera é opressiva, rarefeita, fechada em comportas e sem saídas aparentes. Os personagens oswaldo-zelitianos lutam entre quatro paredes, se arranham, se ferem e se debatem em busca de uma fresta de luz que lhes descerre lá fora a verdadeira existência. Mas essa tentativa é meramente sensorial e involuntária: responde de modo único ao senso de defesa e de sobrevivência imanente a todo ser.

Como homens geralmente inscritos na última escala social, sua luta tem o único objetivo de permanecer vivos. Assim, suas necessidades são primárias: dormir, comer, evacuar e amar até o último grau de degradação (atendendo, por essa via, à necessidade de satisfação estética que difere o homem do animal.)

Zelito Viana transmitiu fielmente todos esses elementos constantes da obra literária. A caracterização dos personagens, nem sempre muito feliz em OA, ganha em Zelito um firme e convincente esboço capaz de fazê-los aceitar como pessoas de carne e osso, não meros bonecos. Compreendendo ter tido nas mãos figuras problemáticas socialmente mas não psicologicamente, ZV realiza uma obra com justeza "narrativa" em vez de "interiorizada". Um cinema direto, fluente, sem academismo, resta de Os Condenados, *permitindo esperar de Zelito Viana outros vôos mais sólidos que o possam colocar na galeria dos primeiros realizadores nacionais.*

Pergunta – Que motivo o levou a filmar um romance de Oswald de Andrade? Nada parecia indicar que um cineasta até então ligado à comédia **(Minha Namorada, O Doce esporte do sexo)** fosse, de repente, lançar mão de uma experiência tão complexa e audaciosa. Ou será que os dois primeiros filmes foram apenas ensaios para a obra maior?

ZELITO VIANA – Minha intenção foi realizar um filme que possibilitasse certa liberdade de expressão e cuja estrutura dramática me permitisse dar vazão a uma capacidade criativa que julgo ter. Nas duas primeiras obras notei, analisando-as, que havia algumas seqüências em que conseguia me realizar como diretor. Partindo disso, resolvi tentar uma fita na qual essas seqüências, em vez de serem minoria, fossem maioria, senão um todo.

Li **Os Condenados** no dia em que foi reeditado pela Civilização Brasileira. (Até então meu conhecimento da obra de Oswald de Andrade era limitado a uma única visão teatral de **O Rei da vela,** espetáculo montado por José Celso Martinez Correia). O romance efetivamente me tocou. Achei que dava um filme. E resolvi adaptá-lo à tela.

Os Condenados integra uma trilogia composta de mais dois livros: **Estrela de absinto e A Escada.** Segundo a crítica, esse não é o trabalho mais significativo do universo oswaldiano, mas tem uma atmosfera que pode ser considerada cinematográfica. Os personagens centrais, João do Carmo e Alma d'Avelos, me impressionaram muito, porque todos nós temos um pouco dos dois. Visualizei a ambos na feitura do roteiro: Alma é uma pessoa ligada à vida, às coisas do momento, possuindo uma espontaneidade fantástica e uma liberdade incrível. João, ao contrário, é a repressão total, um desses homens imersos permanentemente no sonho e cujos enfrentamentos com a realidade constituem choques terríveis. Essa ligação de dois seres tão diametralmente opostos me fascinou. Como tinha intenção de realizar um filme em que pudesse exercitar minha criatividade, fixei o livro prioritariamente na memória. Li depois vários romances, mas tinha sempre **Os Condenados** na lembrança. Mais tarde, resolvi voltar a examiná-lo em definitivo, visando a transposição cinematográfica. A essa altura já conhe-

cia **Memórias sentimentais de João Miramar, Serafim Ponte Grande** e vários ensaios sobre Oswald.

Antes de elaborar o roteiro, entrei em contato com estudiosos da obra oswaldiana e parentes do escritor. Então, surgiu o primeiro problema. O Oswald de **Os Condenados,** que mais me interessava, não era o que as pessoas conheciam. A maioria dos consultados só tinha a visão do escritor antropofágico e modernista. E **Os Condenados** é pré-modernista, embora já exponha o germe de toda a obra do autor. Receei que os espectadores futuros, imbuídos da concepção oswaldiana tropicalista se decepcionassem com o filme. Falei sobre isso a Antonio Cândido, Sábato Magaldi e Rudá Andrade, homens voltados a Oswald por laços culturais ou familiares, e todos me disseram o que eu gostaria de ouvir: seria curioso revelar essa face oculta do escritor. Antonio considera o romance muito ruim, Rudá deu-me inteira liberdade para fazer o que quisesse do livro e Sábato tem, como eu, a visão fantástica do volume – dostoievskiano, terrivelmente sofrido. Esses três diálogos foram fundamentais para mim: leslancharam-me e descompromissaram de uma rígida vinculação de Oswald tropicalista.

A partir daí, busquei esquecer ao máximo a existência de Oswald, sem atentar sequer ao fato de ser esse o primeiro filme extraído de uma obra sua. Não acho, que seja uma experiência complexa e audaciosa.

Meus dois primeiros filmes restaram condicionados a fatores alheios à própria obra. **Em Minha Namorada** – co-direção de Armando Costa – eu pensava: "A fita não é minha unicamente, deve ser barata e comercial". Na segunda película, **O Doce esporte do sexo,** aprendição foi mais acentuada: o intérprete central era Chico Anísio, por si só um aliciador do grande público, e eu precisava manter a produtora em funcionamento (a situação era difícil naquele momento). Contudo, não renego esses filmes e nem me envergonho deles: estão no mercado para serem vistos, e os considero trabalhos dignos. Em ambos senti que tinha alguma coisa a ver com cinema, porque quando a gente faz o primeiro filme resta sempre a dúvida: "Por que sou cineasta e não engenheiro. Embora **Minha Namrada**seja melhor que **O Doce esporte do sexo,** aprendi mais no segundo e notei que nos dois filmes havia situações que me possibilitavam uma experiência mais rica que outra coisa qualquer.

P – Quais os elementos essenciais de **Os Condenados** que mais o traíram? Seria a «técnica do romance, a síntese psicológica, ou a preocupação realística, o valor da documentação sociológica?».

ZV – Duas coisas me traíram no romance. Primeira, a falta de psicologia dos personagens, que agem simplesmente, sem preocupações interiorizantes de raciocínio sobre a sua ação. Acho isso bastante cinematográfico. Não tenho muita paciência de filmar seqüências explicativas,e esse livro me permitiu ficar à vontade, ao nível puramente narrativo. Segundo, a técnica do «flash-back» empregada no volume – a cronologia atemporal, a mutilação do espaço e do tempo. Esse recurso, além de moderno cinematograficamente, permite uma liberdade de criação maior.

P – Você alterou profundamente o roteiro, ao filmá-lo, ou respeitou as marcações de seus colaboradores, Eduardo Coutinho e Antonio Carlos de Brito? A propósito, já que é admirador dos demais livros de Oswald de Andrade, poderia dizer se foram aproveitados elementos das outras obras?

ZV – Houve alterações relativamente profundas. Simplesmente mudei o foco narrativo. O romance é narrado na terceira pessoa, pelo autor, que dá a visão dos personagens. Transformei, ao contrário, o filme numa história narrada pela prostituta aos freqüentadores do bordel. Ela está trabalhando nesse bordel quando alguém lhe faz chegar às mãos um diário do seu admirador, João do Carmo, e Alma começa a narrar, a pedido das pessoas em volta, sua vida e, ao mesmo tempo, a de João, que está ligada à sua. O filme constitui, então, a dualidade de visões: a de João e a de Alma. Há momentos em que as duas visões se interpõem. A fita transcorre, assim, em três planos: o do bordel, realidade: o do diário escrito; e o da recordação dela.

Na modificação básica do roteiro, houve, além do transplante do foco narrativo, a fusão de personagens: João do Carmo é João do Carmo e Jorge d'Avelos, Dagoberto Lessa é Dagoberto Lessa e Carlos Frederico Lobão.

Para fazer a adaptação, convidei Eduardo Coutinho – a pessoa mais antiga de cinema que conheço, à exceção de Leon Hirszman. Trabalhei com Eduardo no roteiro de **O Homem que comprou o mundo,** e confio muito nele, pois tem uma grande vivência de dramaturgia. Depois, convoquei Antonio Carlos de Brito, poeta e crítico literário, que nunca escreveu para cinema. Após atuar com os dois juntos, trabalhei sozinho com Antonio Carlos de Brito e, finalmente, voltei a operar com Eduardo Coutinho. Fiz, assim, uma "salada" da visão de Coutinho e Antonio Carlos sobre o romance. Usei dois especialistas porque acho que um roteiro deve ser feito por mais de uma pessoa. O que me interessava nesses contatos com eles eram os detalhes, as leituras, as novas formas de ver o romance. Foi isso o que deram: um, mais pelo lado poético; outro, pelo dramatúrgico.

Quanto aos elementos de outras obras: o filme é basicamente **Os Condenados** e metade de **A Estrela de absinto.** Quando fiz a mundança do foco narrativo, contando a fita a partir de um bordel, visava incorporar outras fatias de Oswald. Aliás, o bordel é meio circo e meio hospício – o que constitui a apreensão de alguma coisa do escritor posteriormente a **Os Condenados.**

P – Oswald de Andrade tem uma liguagem livre, cheia de insólitos delírios imagísticos, como lembrou o ensaista Antonio Cândido. Em que sentido você procurou recriar (ou recriou) a sintaxe voluptuosa do escritor? Houve, de sua parte, alguma preocupação formal, alguma intenção de tentar dar à imagem a mesma significação lingüística de OA?

ZV – Na confecção do roteiro, busquei esquecer completamente Oswald de Andrade, na medida em que adaptava um romance que não pertence ao rol de suas obras consagradas. Uma vez que não estava trabalhando sobre verdadeiros momentos da literatura brasileira como **Memórias sentimentais de João Miramar e Serafim Ponte Grande,** minha preocupação foi mínima. Quanto aos delírios imagísticos, estão no filme. Sendo uma obra inspirada em Oswald, eles tinham de haver, fatalmente. Mas procurei fazer uma seleção.

P – Pela leitura do roteiro, nota-se que você condensou bastante a história original. Por quê?

ZV – Porque aquela história narrada diretamente, como está no livro, seria insuportável no cinema. Primeiro, porque é uma história que dura dez, doze anos, e se fosse narrada cronologicamente de maneira realista seria impraticável. O tema em si é banal, não tem nada de importante. O expressivo é a atmosfera, que busquei recriar em cada plano. A condensação se fez cecessária inclusive porque no livro há várias cenas se entrecruzando.

P – Houve muita dificuldade técnico-artística para reconstituir, no Rio de 1973, a São Paulo dos anos 20? Porque entregou a cenografia ao italiano Altan? Ele mostrou conhecimento da fisionomia arquitetônica e da indumentária do Brasil ano vinte?

ZV – Uma coisa que notei em todos estes anos de cinema é que o diretor fica isolado ao realizar um filme – sua solidão é muito grande. Resolvi então quebrar esse isolamento levando a equipe a fazer a película junto comigo. A primeira providência adotada foi reunir uma equipe não só de profissionais, mas sobretudo de amigos, pessoas que eram íntimas independente do cinema. A começar por Altan. Conheço-o há dez anos. Além de excelente caricaturista, tem senso profissional e é cenógrafo (fez a cenografia do filme de Gustavo Dahl, **Uirá**, e da fita dele, **O Rei dos milagres).** Expus a cada membro da equipe minha visão do romance, explicando o que desejava filmar e que tipo de colaboração necessitava. Busquei extrair de cada um – e de mim mesmo – o máximo de atuação criativa. Fizemos um trabalho fantástico de cenografia e figurinos. O filme tem uma atmosfera cinematográfica adequada. Toda a "mise-en-scène" existe em função da película, nada é gratuito. Sob esse aspecto Altan é precioso: ele não faz cenografia de todo o ambiente, mas apenas do plano através da lente. Uma vez decidido o enquadramento, a angulação da câmara, ele concebe a fotografia. Isso possibilita uma economia de produção muito grande. As dificuldades de reconstituição dos ambientes e do "clima" paulista nos anos vinte ficaram bastante reduzidas, considerando a prescindibilidade de cenografia para ambientes amplos. Isso não quer dizer, porém, que tenhamos nos descuidado quanto a esse aspecto fundamental. A reconstituição é perfeita no filme – mas sem objetivo sociológico, apenas de forma poética.

P – Onde se realizaram as locações (interiores e exteriores)? E os figurinos, foram todos mandados confeccionar ou emprestados? Quantos dias duraram as filmagens? Houve fatos pitorescos nesse período?

ZV – Os interiores foram rodados no Rio e os exteriores em São Paulo. O clima repressivo da película exigia determinadas locações na capital paulista. Algumas cenas externas, poucas, foram feitas no Rio: a estação do trem, o local onde João trabalha e o rio onde nada.

As camisas foram emprestadas pelos produtores de **Joanna francesa,** mas a parte restante dos figurinos mandamos confeccionar. As filmagens duraram 57 dias: 45 no Rio e 12 em São Paulo.

MÚSICA

RADIOGRAFIA DO TEATRO MUNICIPAL

AMARYLIO DE ALBUQUERQUE

O sr. José Mauro Gonçalves (não o confundir com o escritor) diretor do Teatro Municipal, só fala em finanças, porque sobre conhecimentos de ópera e de música ele não pode falar.

Antes de ocupar o cargo de diretor da Sala Cecília Meireles ninguém o conhecia. A ignorância em relação a ele era total. Sabia-se que assinava uma coluna social num dos jornais da cidade, mas em relação à música era cego de nascença.

Com a Sala, começou a aparecer, levado pelo braço, pelo crítico de música que em boa hora escolheu para diretor artístico da mesma, Sr. Ayres de Andrade. Daí em diante passou a se enxergar, com um pouco de esforço, esse senhor que viera das Minas Gerais arriscar a vida na metrópole.

Com o auxílio do sr. Octávio Gouveia de Bulhões, presidente da Orquestra Sinfônica Brasileira, que o tinha como membro do seu conselho, por ser diretor da Sala, conseguiu ir para a direção do Teatro Municipal, carregando como muleta o Sr. Ayres de Andrade que infelizmente, teve de deixá-lo sozinho, acometido que fôra por grave enfermidade.

Então as coisas se complicaram. Como fazer programas de temporadas de ópera, balé, concertos sinfônicos , se ele não entendia patavina do assunto? Em desespero de causa, apelou para tudo quanto chegava do exterior, transformando o Teatro Municipal numa boate de **shows** da pior espécie e quando se via na contingência de mandar montar uma opera, os intérpretes principais eram escalados de acordo com os **pistolões** que traziam.

Interpelado agora sobre as razões pelas quais não programa espetáculos de ópera no Teatro Municipal, declara, com a maior simplicidade, que lhe faltam verbas, acrescentando que dispõe, apenas, anualmente de 2.440 mil cruzeiros para essas despesas.

Para os ingênuos ou para os quê não conhecem os problemas daquele teatro a explicação talvez satisfaça. Mas para quem mora no assunto como nós, que exercemos a crítica musical durante mais de 30 anos, chega a estarrecer. Dois milhões quatrocentos e quarenta mil cruzeiros por ano dão e sobram para grandes temporadas de ópera, balé e concertos sinfônicos. Só que, com o sr. José Mauro Gonçalves, a coisa é diferente...

O Teatro Municipal possui seus corpos estáveis, constituidos de orquestra, coro e corpo de baile, pagos pelos cofres do Estado, como funcionários estaduais que são e tudo o mais de que necessita, como maestros internos, maquinistas, eletricistas, adeceristas, encarregados do guarda-roupa, médicos; e outras despesas pagas pelo erário público.

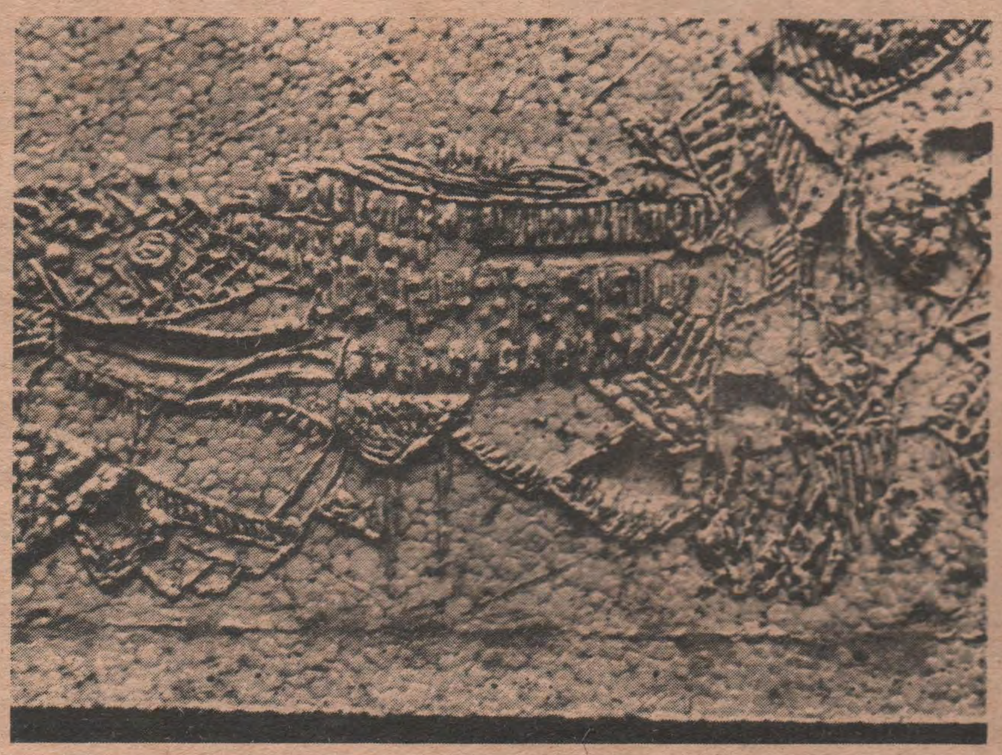
A alegada verba que ele acha pequena, insuficiente para as temporadas, se destinaria apenas a pagar cantores que fazem papéis principais, alguns ensaios extras de orquestra e primeiros bailarinos. Sabendo-se que não há cantor algum que perceba de caché mais de 10 mil cruzeiros e sendo, para cada ópera, nunca mais de 6 (várias óperas só necessitam da metade), por uma simples operação aritmética chegar-se-á a conclusão que a montagem de um desses espetáculos não iria custar mais de 60 mil cruzeiros.

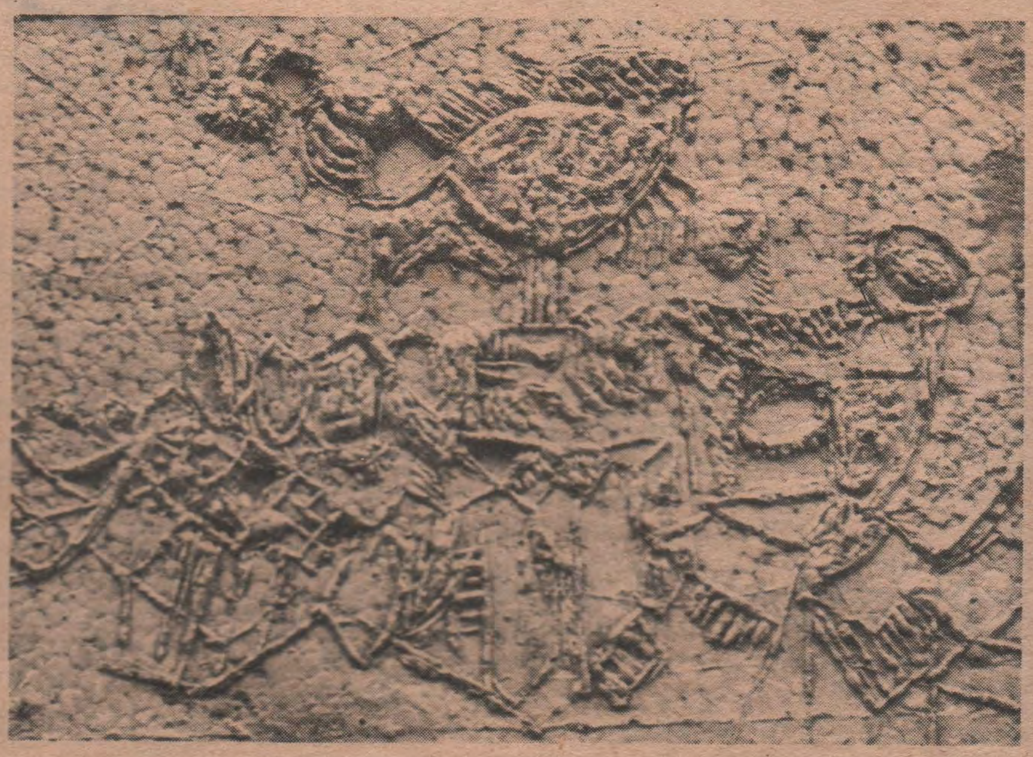
Fazendo-se uma grande temporada, com a encenação de 12 óperas, o que raramente ali se faz, gastar-se-ia apenas 720 mil cruzeiros, sobrando ainda do total da verba um milhão setecentos e vinte mil cruzeiros, se a nossa subtração estiver certa e a conta do sr. José Mauro errada, o que é bem possível, porque talvez ele não tenha estudado devidamente matemática, como nunca estudou música.

Esta é, em resumo, a radiografia do Teatro Municipal, sendo paciente o tesouro do Estado e médico de plantão o sr. José Mauro Gonçalves, moço esperto, vindo de Barbacena, para tentar a vida no Rio de Janeiro.

MARINA OU AS MAGIAS DO CONCRETO

RUI SAMPAIO





Quando, em maio de 1969, apresentava, numa exposição realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, os resultados de sua pesquisa, iniciada com a pintura, em 1964, Marina Nazareth foi saudada por várias vozes, unânimes em testemunhar a importância do concreto/cor, criação a que chegara pela experimentação de várias matérias sobre a tela até atingir o ponto de dispensar esta própria.

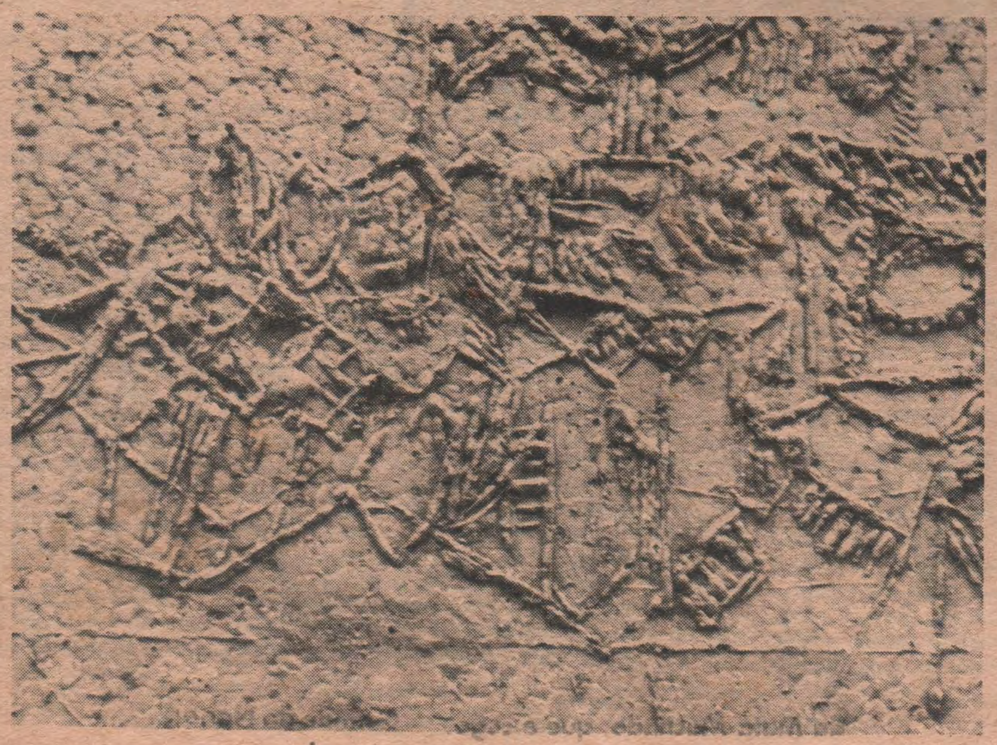
A experiência de Marina é válida porque é uma grande contribuição pelo que pode vir a significar no futuro, como poderoso elemento de caracterização da arquitetura brasileira do terceiro quartel do século vinte, opinava o urbanista e professor de arquitetura Alceglan Monteiro. O concreto/cor, onde, segundo Fayga Ostrower, que apresentava a nova artista, **a função da cor é reformulada dentro de uma materialidade nova, com soluções novas e hoje, ainda imprevisíveis** entrou para o rol dos grandes achados estéticos unanimemente louvados mas nunca realizados do ponto de vista de produção. Exatamente como ocorreu com a arquitetura de Le Corbusier, com os móbiles de Halévy ou a **punta d'argento** de Leonardo. Marina estava, portanto, em ótima companhia. Matisse, Malraux e Picasso foram porta-estandartes da arquitetura do jovem Jeanneret-Gris, antes mesmo que ele adotasse o pseudônimo com que se fez famoso e desde quando sua primeira obra importante era chamada pelos marselheses de **maison des fadas** (casa de doidos); Calder retomou as hesitantes explorações de movimento e luz de Halévy e aprofundou o caminho dos móbiles; Ingres repropôs a **punta d'argento** do velho da Vinci, não só trabalhando nessa técnica, mas inventariando a produção do mestre florentino. Agora, depois de ter voltado à pintura, de ter retomado o desenho e estendido sua criatividade inquieta e servida por uma íntegra seriedade até o filme experimental, Marina Nazareth tem na pessoa do arquiteto Siegbert Zanettini seu "descobridor."

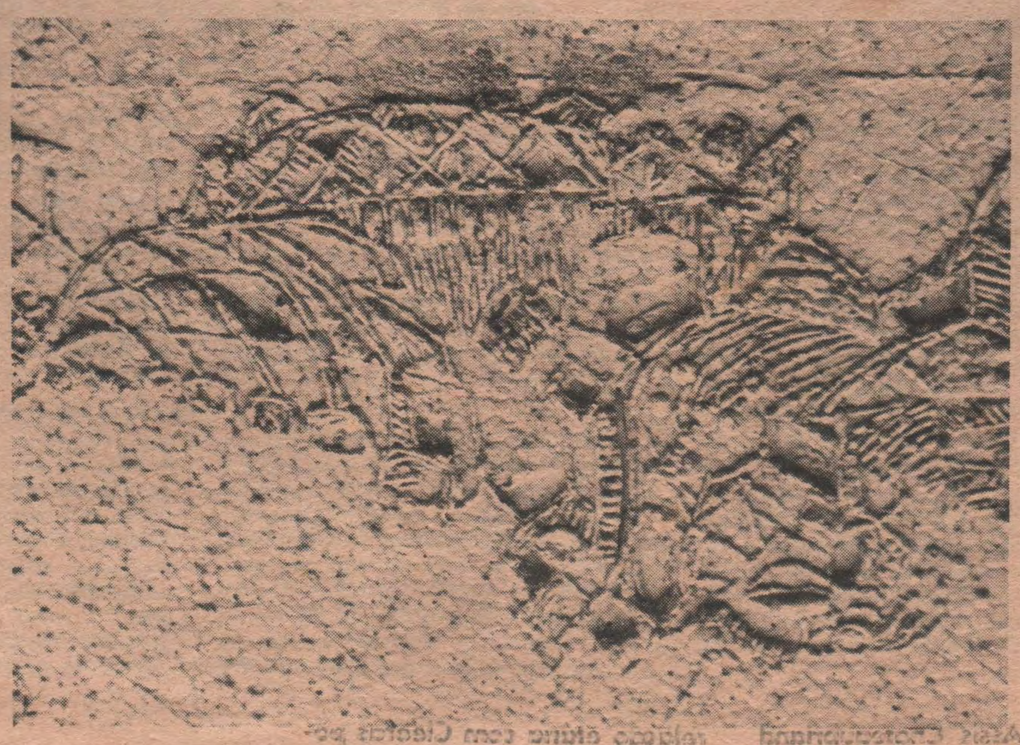
A "descoberta" vem na forma de encomenda a ser executada para um estabelecimento industrial, em São Paulo: um mural de 726 metros quadrados destinados a ocupar toda uma fachada cega (isto é, sem portas ou janelas) de um prédio.

Trabalho de grande impacto plástico, calcado em motivos da fase vegetal por que o desenho da artista passou entre 71 e 72, esse mural – o quanto deixa ver seu projeto, elaborado em maquete, fotos e slides – é um dos mais ricos que temos visto em seu gênero. Rico em dois sentidos: primeiramente porque surge cinco anos depois do lançamento do concreto/cor, o que vale dizer quando a experiência formal da artista se enriqueceu de algumas agregações colhidas ao exercício ininterrupto da pintura, de então para cá, com várias exposições individuais. Esse enriquecimento se passou ainda na elaboração de seis propostas para revestimento de interiores acolhidas com entusiasmo nos meios arquitetônicos e que lhe valeram um convite de indústrias paulistas no sentido de lançá-la em linhas de produção. Ao lado disso não há como deixar de registrar certas eliminações formais em sua pintura que são a trajetória própria da artista ao apuro que hoje identifica tão nitidamente o seu trabalho.

O segundo sentido em que se pode falar de riqueza nessa obra de Marina é o da apropriação de uma linguagem mítica, esta até certa parte de sua obra exercida ao nível do intuitivo e presentemente alargada por uma vasta área de investigação e reconhecimento. Entre dispor de ferramenta intelectual cada vez mais poderosa e sutil e adotar um fazer progressivamente mais despojado e conciso, a atual pintura e o desenho atual de Marina Nazareth vivem uma síntese expressiva que nesse painel assumem várias fisionomias: é a estruturação fortemente dinâmica, são certas linhas de tensão que se dissolvem em tratamentos líricos, são os achados lúdicos, os climas de memória e, sobre tudo isso ou infiltrado nos mínimos recantos do trabalho, uma qualidade contemplativa, um ritmo que tende à serenidade, um deixar-se ver de floresta petrificada ou jardim antigo, uma qualidade poética, em suma.

A encomenda desse trabalho reveste ainda um aspecto cultural que não deve ser perdido de vista: Rio e São Paulo, comparados a outras cidades de seu porte na Europa e nos Estados Unidos, são incrivelmente pobres em matéria de murais. O pouco que temos no gênero prende-se a um figurativismo **tout-court**, com duas ou três exceções. Realizar uma obra desse porte, além de documentar a evolução do gosto de uma comunidade, representa um passo talvez decisivo para que todas aquelas formulações que os arquitetos de vanguarda louvam e teorizam possam passar ao plano da realização. Nesse sentido a iniciativa de Siegbert Zanettini detém uma significação pioneira que pode representar a integração da arte com a arquitetura, sem que a primeira continue sendo apenas admiitida como complemento da segunda. não é esse, evidentemente o primeiro empreendimento no sentido de incorporar o talento do artista plástico à criação arquitetônica; lá mesmo em São Paulo há várias edificações que incorporam a cerâmica, o ferro, o poliéster, como o caso de um recente trabalho concluído por Maria Bonomi, para citar apenas um e ótimo exemplo. Com as dimensões que o mural de Marina Nazareth se propõe, entretanto, cremos que seja o primeiro trabalho no gênero. E a escolha não poderia ser mais feliz, por tudo o que a obra dessa artista jovem e já tão amadurecida representa no contexto da arte brasileira.





ESQUINA

M M & M

Não será surpresa se uma grande firma construtora, responsável por parte das obras do metrô carioca, vier a reconhecer o seu estado falimentar. A diretoria da empresa já não consegue esconder suas graves apreensões.

• • •

Henry Maksud, presidente da Hidroservice e hoje proprietário da revista Visão, parece alimentar grandes ambições no setor de comunicação de massas. Por trás dele estaria o dinheiro árabe.

• • •

A Crefisul, cujo controle havia sido adquirido pelo City Bank, está aos poucos encerrando suas atividades. Os americanos não estão dispostos a continuar perdendo dinheiro.

• • •

Ao que se diz, mesmo depois de transferindo o controle do **Banco União Comercial para o grupo Itaú, os Soares Sampaio continuarão respondendo por cinqüenta milhões de dólares, correspondentes a avais de empréstimos externos.**

• • •

Aurélio Buarque de Holanda **conseguiu finalmente terminar o seu novo grande dicionário da** língua portuguesa. Depois de **enfrentar muitas dificuldades no setor editorial conseguiu fechar negócio com a Nova Fronteira, que será a sua nova editora.**

• • •

De Henry Miller: «Há um conto que poderia aplicar-se a mim. Trata-se de um professor **universitário que sai de um mictório no momento em que outro se dispõe a entrar. Quando os dois se cruzam, o que entra observa que o primeiro tem um lapis na mão. "Ah! — exclama — então você é daqueles que escrevem nas paredes dos mictórios?" E outro responde:** "Oh!, não. Eu me limito a corrigir os erros de ortografia."

• • •

Na opinião de um dos herdeiros de Assis Chateaubriand

O ex-senador mato-grossense João Vilasboas acaba de completar 84 anos. Por extenso: oitenta e quatro anos. Como presente de aniversário o Governador José Fragelli o nomeou procurador-geral do Estado. O novo procurador pediu prorrogação do prazo para a posse, por motivo de saúde. A idade é um pouco avançada para começo de carreira. Além disso, depois da ação popular contra o ex-prefeito de São Paulo, obrigado pelo Supremo a devolver aos cofres públicos o dinheiro dos fuscas com que presenteou a seleção de futebol, o governador Fragelli que se acautele, com rima e tudo: não deve dar presentes, nem mesmo a octogenários, com os recursos do Tesouro do Estado.

• • •

Palavras de Billy Graham, pregador norte-americano "O Reino de Deus é como um vasto e moderno complexo industrial, cuja função e propósito é fabricar o Evangelho do Amor. Deus, nosso Pai Celestial, é o proprietárioe presidente; Nosso Senhor Jesus Cristo é o gerente geral e o Espírito Santo é o chefe de vendas. O Reino de Deus não pode funcionar como deve a menos que vocês, homens e mulheres, dêem ordens de compras a clientes... Temos o produto de melhor qualidade do mercado. Ninguém pode igualar-nos".

• • •

A Companhia Editora Nacional está sendo negociada. Valor da operação: 150 milhões de cruzeiros. Ao fundo: José Olympio e seu grupo.

• • •

Oscar Nimeyer está projetando uma mesquita na Arábia Saudita. Mas como no passado participou de projetos destinados a Israel, os árabes antes de assinarem o contrato com o grande arquiteto brasileiro exigiram que ele apresentasse certidão de batismo, provando assim ser de origem cristã e não judaica.

---

dificilmente os Diarios Associados escaparão da falência.

• • •

Tidos como os segundos **maiores acionistas do grupo, os três filhos de Chateaubriand,** agindo de comum acordo, **negam-se a autorizar com suas** respectivas assinaturas a venda de qualquer empresa associada". **Preferem vê-las arrastadas à falência, onde se habilitarão como credores.**

• • •

No almoço do Clube de Repórteres**Políticos com o Deputado Marcos Freire, candidato do MDB de Pernambuco ao Senado, e que tem como competidor o sr. João Cleofas, perguntaram se a diferença de idade entre os dois influiria no resultado das eleições. Marcos, cuja relação etária com Cleofas pode ser situada numa escala de neto para avô, respondeu — "as décadas que nos separam são mais de idéias do que de aniversários".**

• • •

Ainda no último almoço do Clube dos Repórteres Políticos. Os jornalistas presentes organizaram uma prévia eleitoral sobre as eleições senatoriais de Pernambuco. Eram cerca de trinta os presentes. O doutor Cleofas teve um voto.

Antologia política — "Ao longo dos dias, e em nome da ordem e da segurança, foram lhes tirando tudo. No trabalho, o direito de novos salários para pagar as dívidas de sua pobreza e o de protestar, pela greve pacífica, contra a injustiça social. Na escola, a participação nos debates e decisões de seu futuro e do futuro do país. Na justiça, a proteção de seus direitos e, pela suspensão dos habeas-corpus, a da própria liberdade" — (Do discurso do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente do MDB do Rio Grande do Norte, na Convenção do partido, a 23-8-74).

• • •

Há poucos dias, Tristão de Athayde escrevia sobre um grande escritor mineiro, Ayres da Mata Machado, que é cego.

Aprendeu a ler em Braile com uma rapidez impressionante. Há em Minas agora um outro caso igualmente extraordinário e comovedor. O do jornalista Francisco Antunes — Xico Antunes **nas colunas diárias de Belo Horizonte — um dos mais brilhantes causeurs de sua cidade** e um refinado espírito de humanista.

• • •

Pois Xico Antunes perdeu as cordas vocais, numa ablação cirúrgica. Não teve dúvida: Os "politicólogos" brasileiros e estrangeiros estão, em contratou um foniatra e em poucos meses aprendeu a falar de novo. Já é capaz até de tomar parte na campanha eleitoral, fazendo comícios. Sua força de vontade e o êxito de seus esforços já foram comentados inclusive na imprensa norte-americana.

• • •

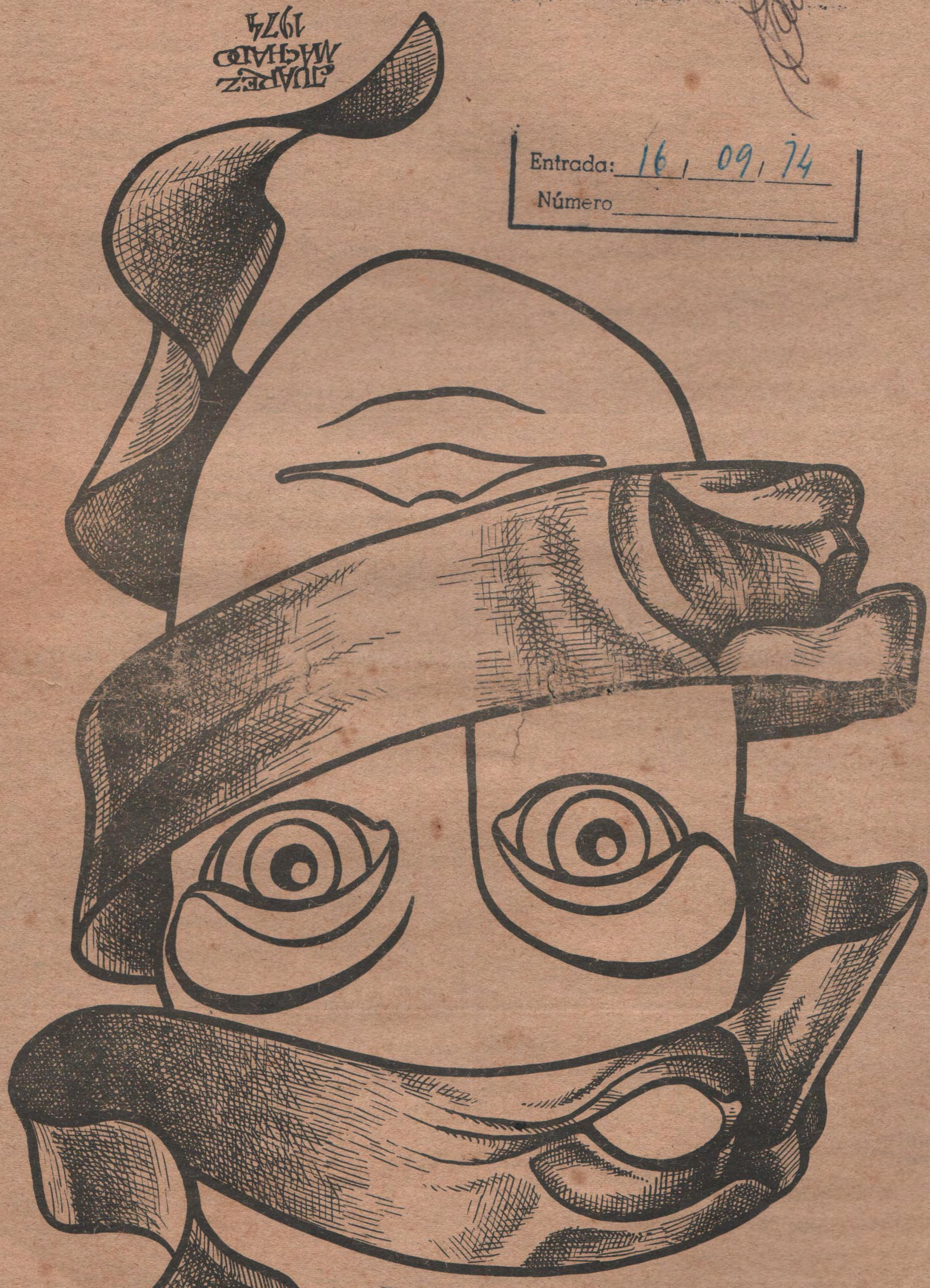
São Paulo, discutindo os graves problemas e as alternativas de solução para a "política internacional". Di Tella e Kaplan são alguns dos estrangeiros. Os brasileiros atacarão de Fernando Henrique Cardoso, Jaguaribe, **Welfort e Conceição Tavares, numa nítida formação de 4-2-4. Espera-se que surja alguma luz e que os problemas internacionais, embora não resolvidos, tenham, pelo menos, uma explicação ou justificativas lógicas, estruturais e institucionalizadas.**

• • •

Mais Antologia Política— "As novas gerações, responsáveis pelo amanhã da Pátria, têm o natural e singular direito de saber a que país, dentro de seu país, as estão conduzindo, e o que delas se espera. Se anunciam o aumento das riquezas, do produto bruto nacional, de novos setores de indústria, de modernização da agricultura e da pecuária, da criação de indústrias de base, da formação de uma tecnologia brasileira, por que lhes negam a necessidade fundamental sobre todas — pois dela dependem as outras — a de, pela participação democrática na vida política livre, preparar-se para governar o país do futuro?" (Do discurso do Deputado Henrique Alves, do MDB do Rio Grande do Norte).

Entrada: 16 / 09 / 74
Número

JUAREZ MACHADO 1974



BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. – U.F.V.